

RELATÓRIO DE 8 GESTÃO 2018



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo



RELATÓRIO DE 8 GESTÃO 2018



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial

Danúbio Neves
Ana Regina Nakamura
Luís Felipe de Oliveira Reis

Redação

Unidades internas do TRE-SP

Revisão

Ana Regina Nakamura
Glauca Isique Bacal
Juliana Hanada

Projeto Gráfico

Danúbio Neves
Marcelo Lessi de Mello

Gráficos e ilustrações

Danúbio Neves
Flávia Machado
Luna Blasco Soler Chino
FlatIcon

Fotografia

Glauca Isique Bacal
Evandro Garcia Dall'Oca

Tiragem

Disponibilização digital

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5	CONFORMIDADE LEGAL	49
CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018	49
APRESENTAÇÃO	7	PERFIL DO GASTO	49
COMPOSIÇÃO DA CORTE	7	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO - COMPARATIVO 2018 E 2017	50
DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS	7	ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DE 2017 E 2018	50
MAPA ESTRATÉGICO	8	QUADROS COM OS GASTOS MAIS RELEVANTES POR GRUPO E TIPO DE DESPESA	51
ORGANOGRAMA	9	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51
MEMBROS DA CORTE	10	INVESTIMENTOS	51
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS	10	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP	51
O TRIBUNAL EM NÚMEROS	11	DESPESAS EMPENHADAS - TOTAL GERAL	51
AMBIENTE EXTERNO	15	DESPESAS EMPENHADAS - PESSOAL	51
CADEIA DE VALOR	16	DESPESAS EMPENHADAS - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51
MODELO DE NEGÓCIOS	17	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS - TRE-SP - COMPARATIVO 2018 E 2017	52
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	18	COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DE PLEITOS ELEITORAIS: ELEIÇÕES GERAIS DE 2014 - 2018	52
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO	19	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS - ELEIÇÕES GERAIS 2014/2018	53
CANAIS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	22	ELEIÇÕES GERAIS 2018 - GASTOS RELEVANTES	53
CAPÍTULO 2 - RESULTADOS DA GESTÃO		DETALHAMENTO DOS GASTOS DO ORÇAMENTO DE PESSOAL DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2018	53
RESULTADOS DA GESTÃO	25	DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS GASTOS DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2018	54
MACRODESAFIOS	26	CONTINGENCIAMENTO	54
CAPÍTULO 3 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO		EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016	54
DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS SECRETÁRIOS	35	AÇÕES FUTURAS	54
GESTÃO DE PESSOAS	37	GESTÃO DE CUSTOS	57
APONTAMENTOS DO TCU	37	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60
ÍNDICE DE CONFORMIDADE	37	MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC	60
AValiação DA FORÇA DE TRABALHO	37	O MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP TEM COMO INSTÂNCIAS:	61
SERVIDORES POR IDADE	38	RECURSOS APLICADOS EM TI	62
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS	39	DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	65
INGRESSOS	39	CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	66
QUANTIDADE DE SERVIDORES	39	CAPÍTULO 4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
MAPA ESTRATÉGICO DE PESSOAS	40	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	70
EVOLUÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL	41	BASE PARA DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	71
PROGRESSÃO FUNCIONAL E A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	42	RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	71
AVALIAÇÃO GERENCIAL	42	BALANÇO PATRIMONIAL	72
CARGOS GERENCIAIS	43	ATIVO	73
RECONHECIMENTO	43	PASSIVO	76
CAPACITAÇÃO (ESTRATÉGIA E NÚMEROS)	43	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76
SAÚDE	43	DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	77
DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	43	RESULTADO PATRIMONIAL	78
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	44	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	79
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÕES EM 2018	44	RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	80
CONTRATOS POR TIPO	44	BALANÇO FINANCEIRO	80
PRINCIPAIS OBJETOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA	44	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	83
CONTRATAÇÕES DE ELEIÇÕES E ATENDIMENTO AO CIDADÃO MAIS RELEVANTES	44	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO	83
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÕES EM 2018	45		
AÇÕES FUTURAS	45		
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	46		
TERCEIRIZAÇÃO	46		
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS	46		
OCUPAÇÃO NA CAPITAL	46		
GASTOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	46		
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	47		
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	49		

MENSAGEM DO PRESIDENTE



O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo tem números que impressionam. A instituição organiza as eleições para o maior eleitorado do país, disponibilizando mais de 10 mil locais de votação e mais de 12 mil seções eleitorais com acessibilidade aos mais de 33 milhões de brasileiros constantes de seu cadastro eleitoral. A capital do estado tem, inclusive, mais eleitores que outros 23 Estados. Dispõe de quase 400 cartórios eleitorais distribuídos nos 645 municípios paulistas e emprega mais de 5 mil pessoas, entre servidores e estagiários. O gigantismo do órgão requer profissionalismo e atenção na execução de tarefas e assunção de responsabilidades.

Honrado em assumir a Presidência do Tribunal, em dezembro de 2017,

busquei enfrentar, à altura dos números da instituição, a digna missão plena de desafios, dos quais aponto três: o bem-estar dos servidores, a proposta de rever metodologias na busca do aprimoramento da prestação de serviços à sociedade e, naturalmente, garantir, na condição de presidente das Eleições 2018 no estado, lisura e justiça a todos os envolvidos no pleito, bem como ampla acessibilidade aos eleitores.

Nesse sentido, destaco, no tocante à gestão de pessoas, a instituição de ferramentas que possibilitaram maior proximidade entre funcionários dos quase 400 cartórios do Estado e a Sede do Tribunal, na capital, maior participação dos servidores em decisões relacionadas a assuntos de pessoal e melhora nas atuações gerencial e de novos servidores.

Com vistas ao aperfeiçoamento na prestação de serviços, o Tribunal ampliou significativamente, em 2018, a instalação de postos itinerantes da Justiça Eleitoral paulista para atendimento ao eleitor. Garantir os direitos da cidadania é o primeiro Macrodesafio do Plano Estratégico do Tribunal e essa iniciativa contribui para a comodidade e acesso do eleitor a nossos serviços, tendo em vista a necessidade de

biometria obrigatória em diversas cidades, nesse que foi um ano de eleições gerais. Nesse aspecto, a instituição superou sua meta.

A realização das eleições é macroprocesso finalístico do Tribunal e, em 2018, as Eleições Gerais ocorreram sob uma exacerbada proliferação de fake news, em que a Justiça Eleitoral se viu como alvo de alguns ataques. Porém, o TRE paulista não esmoreceu, e servidores e magistrados se uniram para cientificar a sociedade sobre a segurança do processo eletrônico de votação, em especial da urna eletrônica. Promoveu iniciativas estratégicas para afastar a tentativa malograda de macular o nome desta Justiça Especializada, atendendo com primazia a seu Macrodesafio 4 – Fortalecimento da segurança no processo eleitoral.

No que se refere ao processo eleitoral, destaco a inovação em relação aos pedidos de registro nas Eleições 2018, realizados integralmente de forma digital, por meio do sistema denominado Processo Judicial Eletrônico (PJe). Para garantir a utilização da novidade, a instituição investiu na promoção de cursos direcionados a candidatos e partidos.

Garantir ao eleitor a atuação cidadã concretizada por meio do voto também foi preocupação exposta nas Eleições 2018 e, em consonância com seus valores e preceitos, o Tribunal designou mais de 10 mil coordenadores de acessibilidade para auxiliar os eleitores com alguma deficiência ou mobilidade reduzida em seus locais de votação.

Por fim, registro que a atuação dos gestores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo foi pautada na busca por sistemática gestão de custos, patrimonial e financeira, por inovação tecnológica com foco constante na busca da melhor opção, com respaldo legal e normativo, e pela aprovação da instituição de uma política de gestão de riscos, inédito à instituição. As linhas traçadas e perseguidas na gestão tiveram como propósito cumprir a missão da instituição, cercadas pelos valores institucionais, com destaque especial à atenção com a transparência, necessária e imprescindível à atuação pública que visa a satisfazer o interesse público.

DESEMBARGADOR CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN
PRESIDENTE

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, como órgão integrante do Poder Judiciário, nos termos do artigo 92 da Constituição Federal, tem suas competências definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965), e em seu Regimento Interno, publicado no DJE, de 04 de dezembro de 2003.

Trata-se de órgão especializado na preparação, gestão, condução e realização do complexo fluxo de trabalho relativo ao processo eleitoral, em atendimento ao princípio da eficiência na Administração Pública, que, no exercício de suas atribuições, acumula funções administrativas, decorrentes da operacionalização do pleito e de suas atividades internas, e jurisdicionais, vinculadas ao processo eleitoral, com o julgamento de matérias afetas a ele.

O Regional tem, portanto, como clientes externos candidatos, partidos políticos, advogados e eleitores, e, como clientes internos, seus próprios servidores, servidores requisitados, estagiários e prestadores de serviço.

COMPOSIÇÃO DA CORTE

DESEMBARGADORES

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN (PRESIDENTE) PAULO SÉRGIO BRANT DE CARVALHO GALIZIA

WALDIR SEBASTIÃO DE NUNO CAMPOS JUNIOR (CORREGEDOR) SILMAR FERNANDES

JUÍZES DE DIREITO

CLAUDIA LUCIA FONSECA FANUCCHI MAURÍCIO FIORITO

MARCELO COUTINHO GORDO AFONSO CELSO DA SILVA

JURISTAS

MANUEL PACHECO DIAS MARCELINO MARCELO VIEIRA DE CAMPOS

MARCUS ELIDIUS MICHELLI DE ALMEIDA JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO

JUÍZES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

FÁBIO PRIETO DE SOUZA MARISA FERREIRA DOS SANTOS

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES PEDRO BARBOSA PEREIRA NETO

SECRETÁRIO

CLAUCIO CRISTIANO ABREU CORRÊA

■ EFETIVO
■ SUBSTITUTO

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

VISÃO

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especificamente quanto à efetividade, transparência e segurança

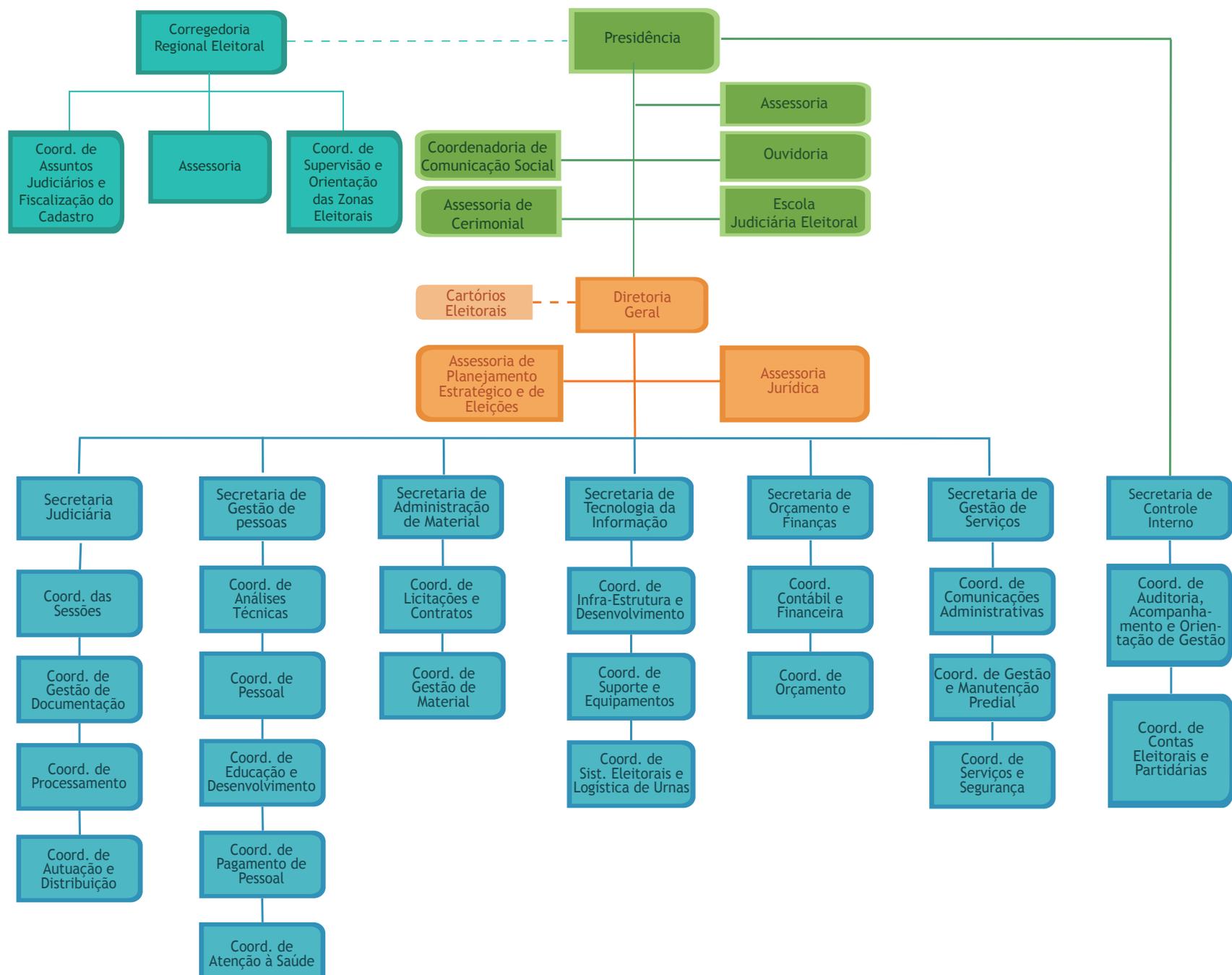
VALORES

Acessibilidade
Comprometimento
Ética
Modernidade
Responsabilidade Social e Ambiental
Transparência

MAPA ESTRATÉGICO



ORGANOGRAMA



MEMBROS DA CORTE



PRESIDENTE

**CARLOS EDUARDO CAUDURO
PADIN**



VICE-PRESIDENTE

**WALDIR SEBASTIÃO DE
NUEVO CAMPOS JUNIOR**



**FÁBIO PRIETO DE
SOUZA**



**CLAUDIA LÚCIA
FONSECA FANUCCHI**



**MANUEL PACHECO
DIAS MARCELINO**



**MARCELO COUTINHO
GORDO**



**MARCUS ELIDIUS
MICHELLI DE ALMEIDA**



VITOR GAMBASSI PEREIRA
Juiz Assessor da Presidência e Ouvidor



JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA NETO
Juiz Assessor da Corregedoria

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Claucio Corrêa

Diretor Geral



Regina Rufino

Assessora-Chefe de
Planejamento Estratégico
e de Eleições



Rhodes Morais

Secretária de
Controle Interno



Alessandro Dintof

Secretário de
Administração de Material



André Pavim

Assessor-Chefe da
Corregedoria



José Luiz Simião

Secretário de
Gestão de Serviços



Patrícia Scheifer

Secretária Judiciária



Silvana de Freitas

Coordenadora de
Comunicação Social



Paula Helena Batista

Secretária de
Gestão de Pessoas



Daniel Forlivesi

Secretário
de Tecnologia da Informação



Carlos Fujimoto

Secretário de
Orçamento e Finanças



Kinue Parreira

Assessora-Chefe da
Presidência



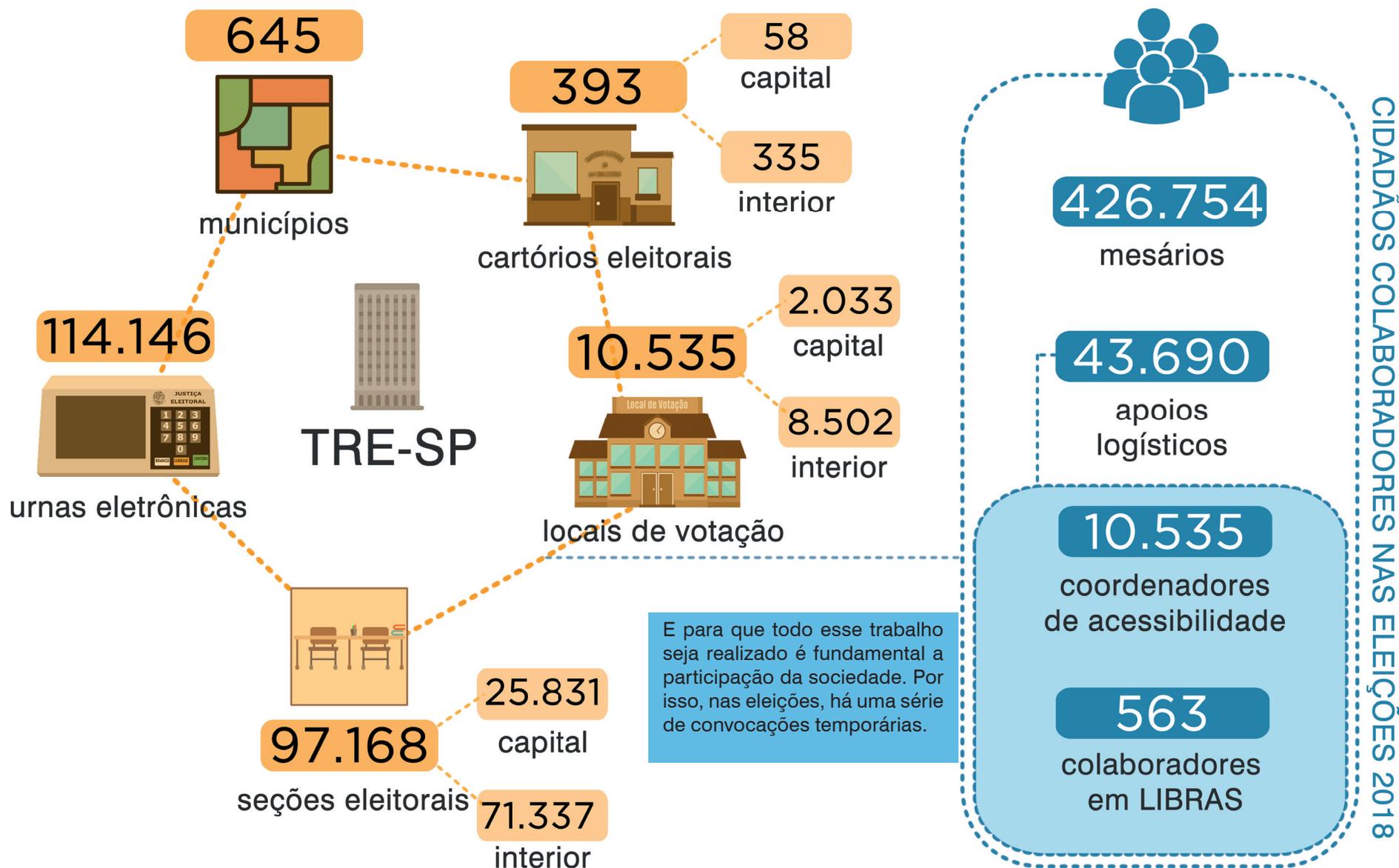
Silvia de Marchi

Assessora Jurídica Chefe

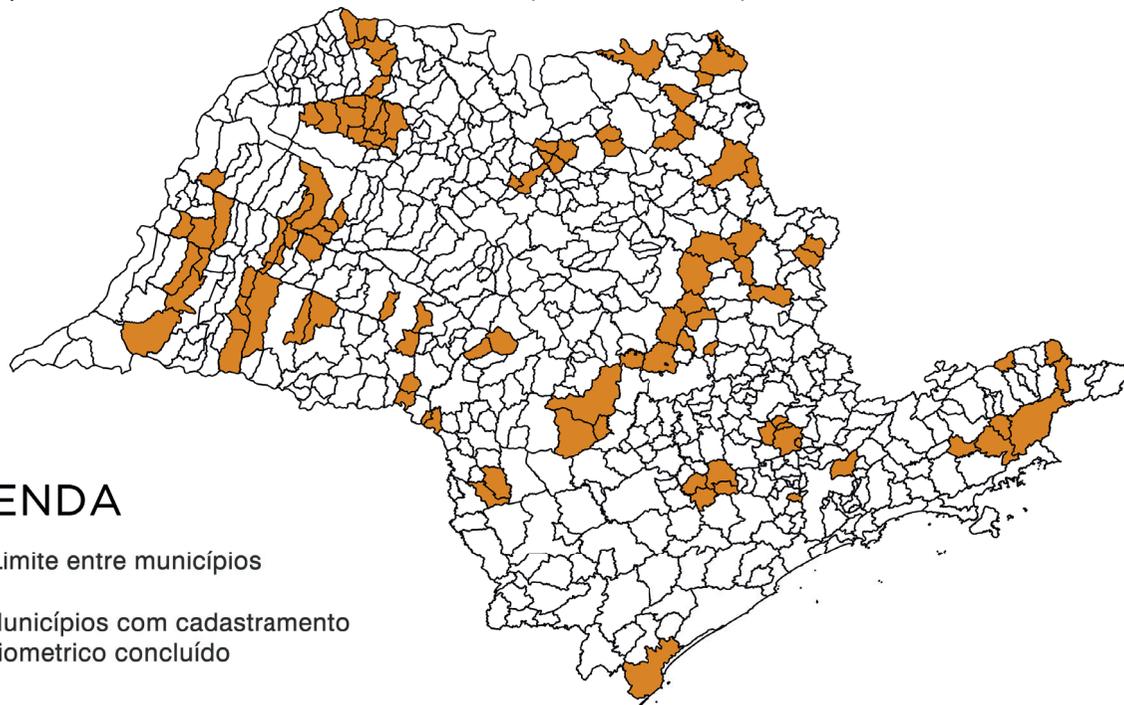
O TRIBUNAL EM NÚMEROS

O TRE-SP tem números que impressionam. É o maior Tribunal Eleitoral do país, seja em número de eleitores, de Zonas Eleitorais, de servidores ou de mesários. Por qualquer ângulo que se observe, temos uma organização de grande porte. Nesta seção, vamos apresentar alguns números que caracterizam o TRE-SP e suas consequências na realização das eleições.

O gráfico abaixo nos dá uma boa ideia da grandeza do trabalho desenvolvido pelo TRE-SP na preparação e realização das eleições:



Também quanto ao número de Eleitores o TRE-SP impressiona, como podemos ver abaixo:



LEGENDA

-  Limite entre municípios
-  Municípios com cadastramento biométrico concluído

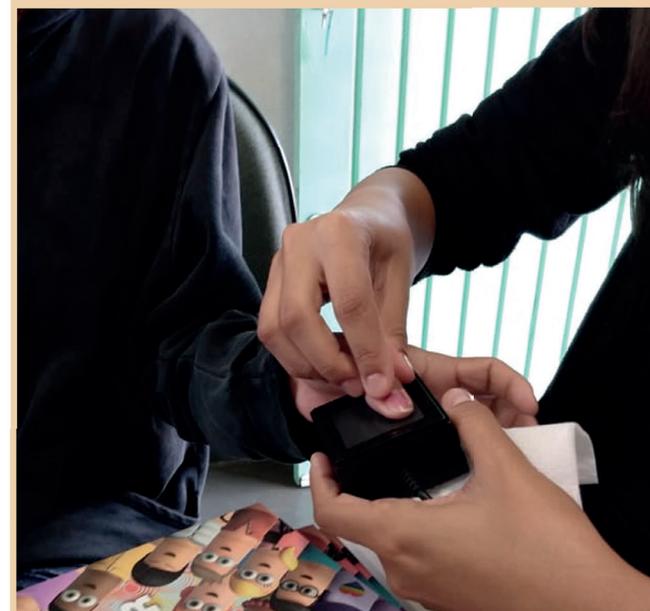
 BRASIL	 ESTADO DE SÃO PAULO	 CAPITAL	 INTERIOR
147.302.357 eleitores	33.040.411 eleitores	9.052.724 eleitores	23.987.724 eleitores
87.359.184 biometrizados	14.915.639 biometrizados	4.346.639 biometrizados	10.568.706 biometrizados

O **Programa de Identificação Biométrica** do eleitor da Justiça Eleitoral tem como principal objetivo fortalecer a segurança do processo eleitoral, por meio do registro da impressão digital dos eleitores, a fim de garantir que o eleitor seja único no cadastro eleitoral e que aquele que se apresentar para o exercício do voto seja o mesmo que se habilitou no alistamento eleitoral/revisão.

Para tanto, a Justiça Eleitoral deu início ao chamamento dos eleitores para procederem à atualização dos seus dados cadastrais, mediante a incorporação de dados biométricos (digital, foto e assinatura digitalizada).

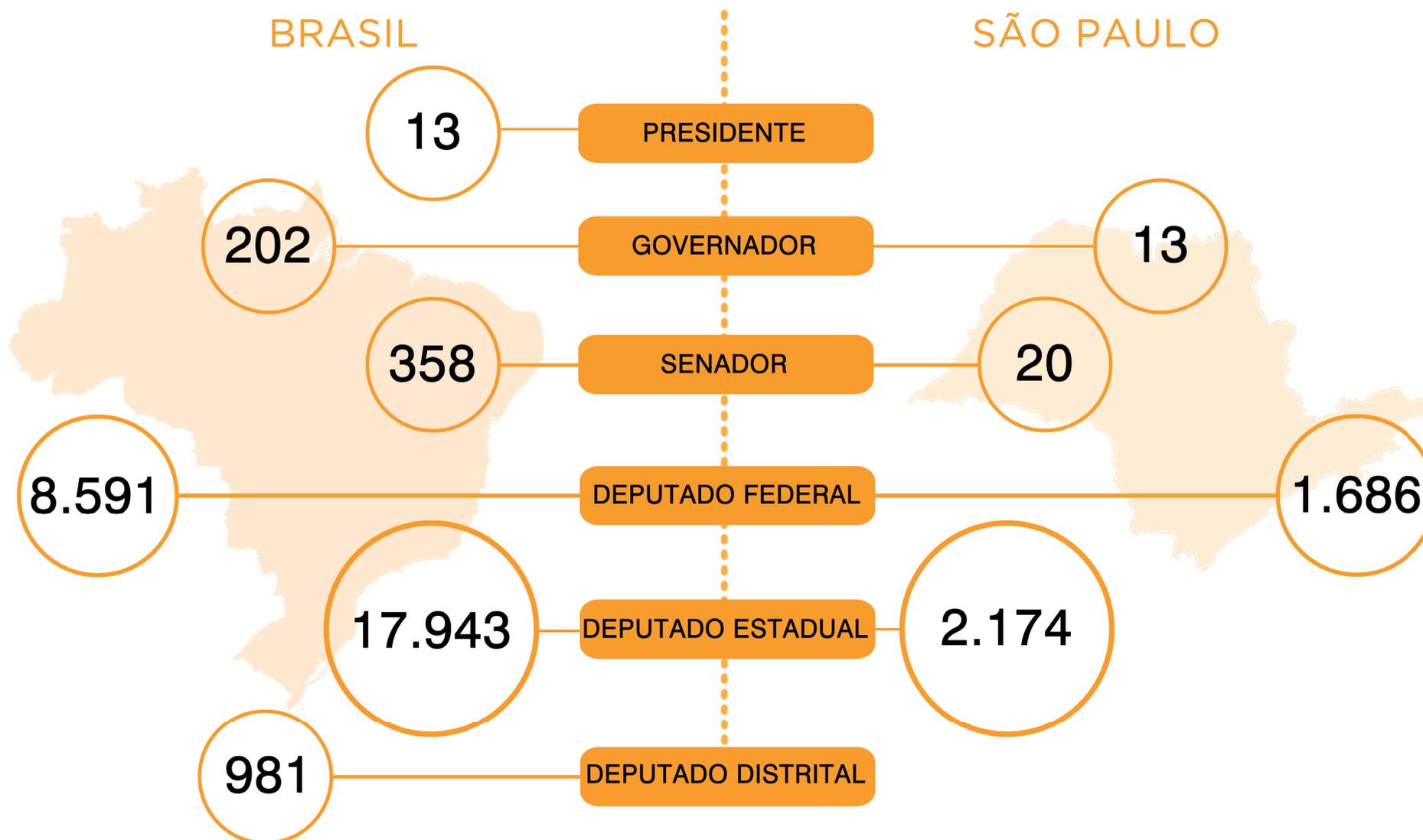
Ao final do ano de 2018, dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 107 municípios já haviam encerrado a etapa de cadastramento biométrico, possibilitando que 2.943.549 eleitores fizessem uso dessa tecnologia nas eleições gerais 2018.

Em todo o Estado, 14.915.639 (45,10%) eleitores já haviam efetuado o seu cadastramento biométrico em 2018. O desafio é concluir o cadastramento nos demais municípios até o ano de 2022.



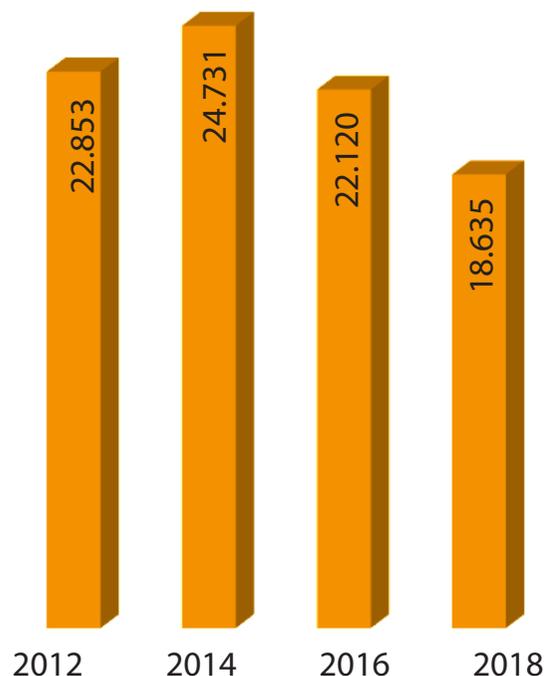
Também quanto ao número de candidaturas registradas, São Paulo ocupa posição de destaque no cenário nacional. Vejamos os dados do pleito de 2018:

CANDIDATURAS REGISTRADAS



Atento à necessidade de sempre ouvir o cidadão sobre a qualidade dos seus serviços, o TRE-SP realiza no dia da eleição pesquisa para avaliar o ambiente de votação (limpeza, qualidade do atendimento, tempo de espera para votar, etc.) e também avaliar a imagem da Justiça Eleitoral paulista. E, mesmo com a complexidade das eleições, o TRE-SP vem mantendo ao longo dos anos a aprovação dos eleitores, como vemos abaixo:

PÚBLICO ENTREVISTADO



NOTA ATRIBUÍDA À IMAGEM DA JUSTIÇA ELEITORAL DE SÃO PAULO



E as notas obtidas estão sempre em patamares elevados:

Mas, ainda que as eleições sejam o grande momento do TRE-SP, há toda a atividade jurisdicional sendo realizada. Recebemos um grande volume de processos, tanto em primeiro grau (Zonas Eleitorais) como em segundo grau (TRE), conforme podemos ver abaixo:

	2º Grau	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CASOS NOVOS		2746	8941	2676	4354	1795	6180	2318	9683
CASOS PENDENTES		2365	1582	1725	3540	1383	1746	2169	4437
PROCESSOS BAIXADOS		3287	9724	2502	2512	3998	5755	1910	7840
PROCESSOS JULGADOS		3185	9798	2268	2698	4130	5511	1945	7742

AMBIENTE EXTERNO

Nas eleições de 2018, o cenário nacional mostrou-se atípico, politicamente polarizado e fortemente influenciado pelo mundo digital, em todas as suas nuances tecnológicas. Segundo a Organização dos Estados Americanos – OEA, constatou-se, no Brasil, uma propagação de fake news sem precedentes em comparação com eleições realizadas em outras democracias contemporâneas consolidadas.

Atingido diretamente por boatos nas redes sociais relacionados à segurança da urna eletrônica, que desencadearam questionamentos por parte dos eleitores, inclusive no dia do pleito, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo precisou agir rapidamente para combater as notícias falsas e levar informações fidedignas aos cidadãos.

Uma das medidas adotadas para demonstrar a segurança da urna eletrônica e de todo o processo eleitoral foi a realização de auditoria pública em equipamentos apontados como fraudulentos no Estado de São Paulo. Ademais, no exercício de sua função jurisdicional, a Corte Eleitoral paulista aplicou, em diversos processos, multas

pecuniárias pela divulgação de fake news em redes sociais públicas, bem como determinou a retirada de circulação de informações comprovadamente falsas.

Para além das eleições e das ações delas decorrentes, o Regional, na consecução de sua missão, efetua uma série de processos de trabalho que buscam gerar valor à sociedade e satisfazer as múltiplas expectativas dos stakeholders envolvidos direta e indiretamente no sucesso da organização (clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade, entre outros).

Por isso, investe em canais de autoatendimento, a exemplo do serviço de emissão de certidões; em canais de comunicação on-line, como o serviço de denúncias de irregularidades na propaganda eleitoral (Denúncia Online); e em canais de comunicação direta com o eleitor em plataformas digitais, como a Ouvidoria, o Núcleo de Informação ao Cidadão e os canais institucionais nas mídias sociais (Facebook, YouTube e Twitter).



CADEIA DE VALOR

Destacamos a importância da construção da cadeia de valor do TRE-SP, uma poderosa ferramenta de gestão composta pelos macroprocessos de trabalho realizados pela instituição.

O modelo de negócios do Tribunal reflete sua atuação em quatro grandes eixos: logística das eleições, prestação jurisdicional, gestão do cadastro eleitoral e relacionamento com a sociedade.



MODELO DE NEGÓCIOS



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

A fim de dar encaminhamento a todas essas atribuições da Justiça Eleitoral Paulista, em janeiro de 2018, o Tribunal aprovou a Resolução nº 421/2017, que instituiu o Sistema de Governança Corporativa e Gestão da Justiça Eleitoral de São Paulo, definindo as principais instâncias internas e externas de governança e de apoio à governança.

Um sistema de governança tem por objetivo orientar e dar transparência às estruturas e métodos de tomada de decisão. Dessa maneira, é possível saber de antemão quais trâmites são adotados na condução estratégica do TRE-SP, fornecendo maior agilidade e transparência à gestão.

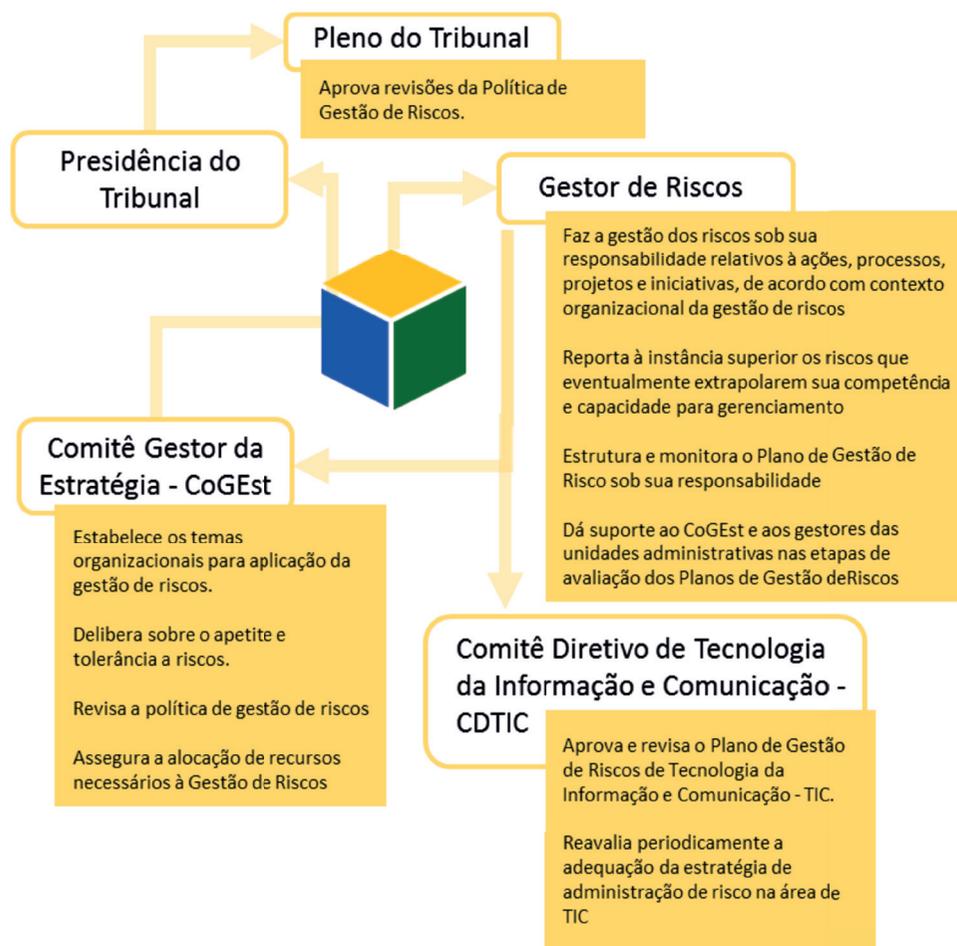
As unidades que compõem a Gestão Estratégica e a Gestão Tática são as responsáveis pelas tomadas de decisão do Tribunal.

Ao utilizar os diferentes planos de trabalho que definem as metas de curto, médio e longo prazo como orientadoras das ações, o Sistema de Governança implementado permite a legitimação das decisões das instâncias internas de governança por todas as partes interessadas na gestão da instituição, o gerenciamento dos riscos estratégicos e dos conflitos internos, além de propiciar a promoção do accountability, da eficiência e da transparência no Regional.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo é orientada pela Política de Gestão de Riscos instituída através da Resolução TRE-SP nº 452/2018 e segue as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) constantes nas decisões normativas que regulamentam a elaboração anual do relatório de gestão. Seu gerenciamento deve ser parte integrante de todos os processos organizacionais, sendo exercida de forma compartilhada por magistrados, servidores, unidades, comitês setoriais e comissões e compreende a seguinte estrutura e responsabilidades:



- **RISCOS DE COMUNICAÇÃO:** estão associados a eventos que podem impedir ou dificultar a disponibilidade de informações para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações de accountability (prestação de contas às instâncias controladoras e à sociedade);
- **RISCOS ESTRATÉGICOS:** estão associados à tomada de decisão e podem afetar negativamente o alcance dos objetivos consignados no Plano Estratégico institucional;
- **RISCOS DE IMAGEM:** danos à reputação;
- **RISCOS OPERACIONAIS:** possibilidade de ocorrência de perdas (produtividade, ativos e orçamentos) resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, tecnologia ou de eventos externos (catástrofes naturais, greves, fraudes);
- **RISCOS SOCIOAMBIENTAIS:** risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade;
- **RISCOS TECNOLÓGICOS:** possibilidade de ocorrência de falhas em sistemas de tecnologia da informação e comunicação com impactos nos negócios ou na execução de processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação;
- **RISCOS DE CONFORMIDADE:** estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis à instituição; e
- **RISCOS ORÇAMENTÁRIOS:** eventos que podem comprometer a capacidade de a organização contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

Atualmente, o grau de maturidade da Justiça Eleitoral Paulista em relação à Gestão de Riscos Corporativa pode ser representado da seguinte forma:

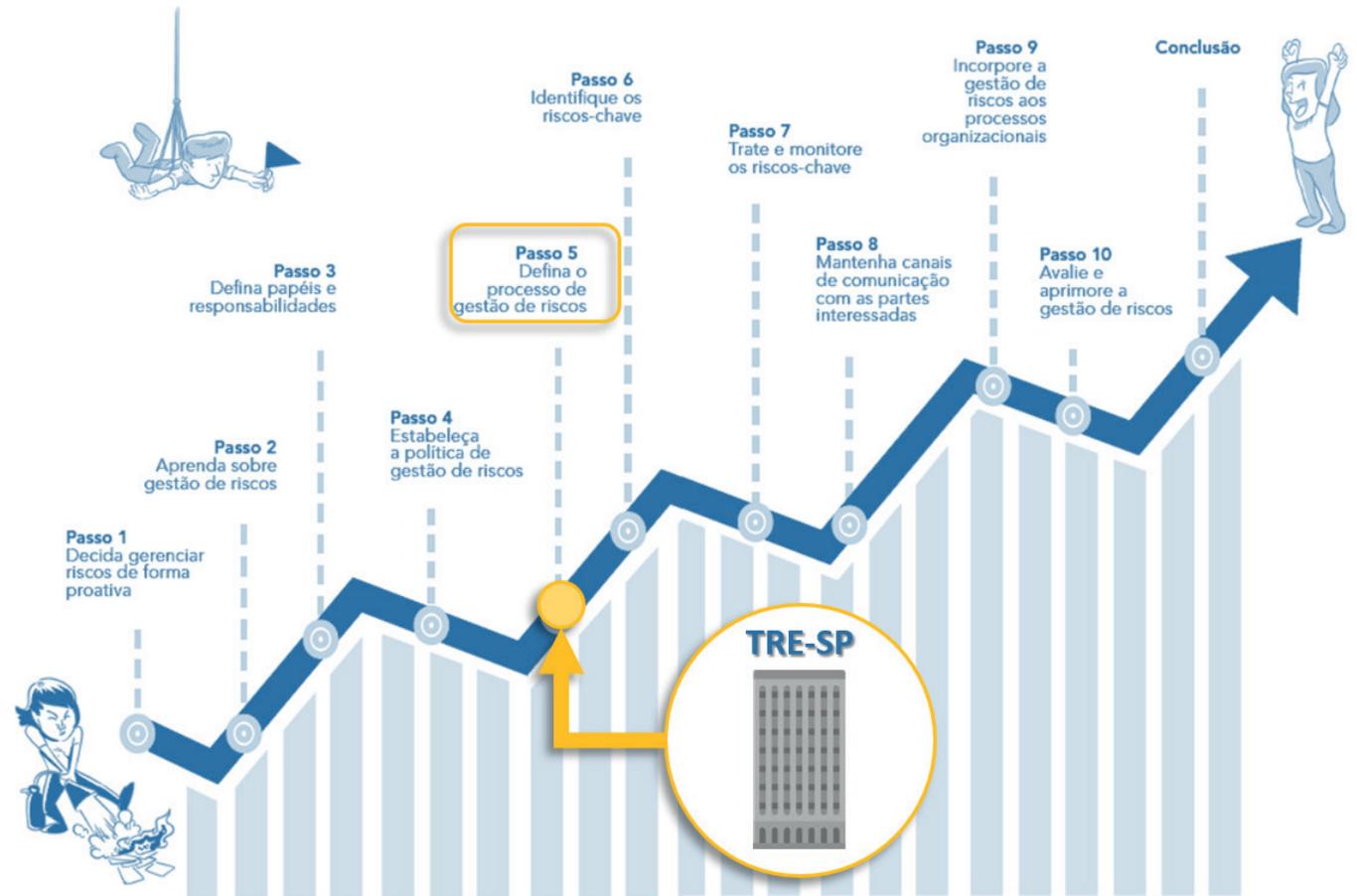


Imagem fonte: Tribunal de Contas da União. 10 passos para a boa gestão de riscos.

Como parte do processo de governança institucional, foi instituído o **Plano Integrado de Eleições 2018** com o objetivo de planejar, acompanhar, executar e avaliar as ações necessárias à realização do pleito de forma a garantir a execução do processo eleitoral de forma eficiente, assegurando a sua legitimidade, cumprindo a missão, a visão e os valores da Justiça Eleitoral Paulista. No quadro abaixo, podem ser observadas as macroatividades que compõem o Plano Integrado de Eleições 2018:

Acessibilidade	Apuração, transmissão, totalização e proclamação	Auditoria e votação paralela	Comunicação institucional e diplomação	Dia – E – Dia das Eleições
Final de alistamento	Força de trabalho	Locais de votação, seções eleitorais e mesas receptoras	Materiais de eleição	Pesquisa eleitoral
Portal e Centrais de Atendimento	Preparação dos Dados e Urnas Eletrônicas	Presos provisórios	Prestação de contas eleitorais	Propaganda eleitoral
Registro de Candidatos	Segurança, policiamento e transporte	Simulados Nacionais	Suprimento de de Fundos	Transferência Temporária do Eleitor - TTE

O processo eleitoral é composto por diversas etapas, aqui denominadas macroatividades, que contêm atividades concatenadas formando um ciclo periódico que se repete com a realização do pleito. Dessa forma, a preservação da integridade e segurança das atividades que compõem o processo eleitoral é necessária para o controle da normalidade e legitimidade das eleições.

Nas Eleições de 2018 foi implementado, como projeto piloto, o **Plano de Gestão Integrada de Riscos de Eleições 2018** que consistiu no mapeamento e documentação de eventos que poderiam impactar negativamente parte das atividades que compõem o processo eleitoral com a elaboração de estratégias para eliminação, mitigação e remediação das incertezas. Nesse trabalho foram estabelecidos tanto o processo a ser percorrido para o gerenciamento dos riscos quanto aos parâmetros para estabelecimento do apetite a riscos da instituição.

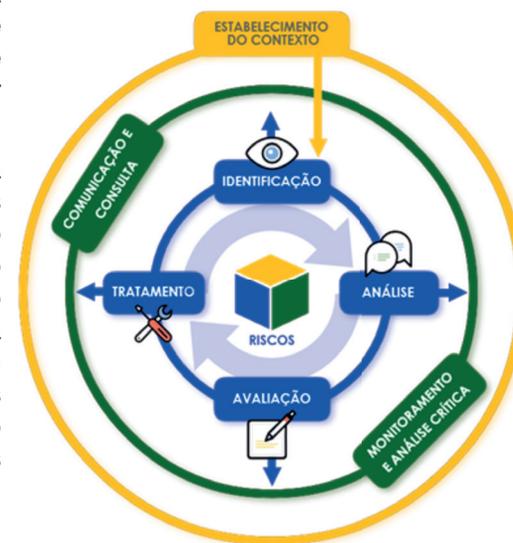
APETITE A RISCOS - TRE-SP

Nível de Risco	Pontuação (Impacto x Probabilidade)	Apetite à Risco
Extremo	entre 15 e 25	Inaceitável
Alto	entre 8 e 14	Rejeitável
Médio	entre 3 e 7	Aceitável
Baixo	entre 1 e 2	Oportunidade

A construção do Plano de Gestão Integrada de Riscos de Eleição 2018 foi conduzida de forma alinhada ao Plano Integrado de Eleições 2018, identificando eventos de impacto negativo que pudessem interferir nas etapas do processo eleitoral.

Com a força de trabalho voltada para o planejamento e execução de tarefas de eleição e, considerando se tratar do primeiro ciclo de gestão de riscos do TRE-SP, algumas atividades-chave do processo eleitoral foram priorizadas para mapeamento. Com esse trabalho, foram mapeados e analisados 148 eventos com níveis variados de risco, totalizando 52% de macroatividades mapeadas nas Eleições de 2018.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS



MACROATIVIDADES MAPEADAS



Passada a primeira fase, a Gestão Integrada de Riscos de Eleição e a Gestão de Riscos Corporativos caminham para um aprofundamento das técnicas aplicadas, sendo que o desafio é promover a extensão do mapeamento de riscos às demais atividades, processos e projetos institucionais aumentando o grau de maturidade da Justiça Eleitoral paulista.

CANAIS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Portal da Justiça Eleitoral

<http://www.tre-sp.jus.br/>



Consulta sobre andamento processual, acesso ao Portal da Transparência, ao "Tira dúvidas", à Carta de Serviços ao Usuário, ao serviço de Agendamento, emissão de certidões, consulta sobre o local de votação, endereço dos Cartórios Eleitorais, dentre outros serviços.

Atendimento Presencial

O Estado de São Paulo possui mais de

33 MILHÕES DE ELEITORES,

sendo que o processo de recadastramento biométrico do eleitorado em curso em todo o País tem gerado uma procura crescente pelos serviços eleitorais, registrando-se

4.535.582

atendimentos em 2018.



Carta de Serviços ao Usuário



Informa a sociedade sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral Paulista e a forma de obtê-los.

<http://www.tre-sp.jus.br/eleitor/carta-de-servicos-1/carta-de-servicos-ao-usuario>



Núcleo de Informação ao Cidadão

Atende pedidos de informação, em conformidade com a Lei 12.527/2011.

1.489

atendimentos em 2018

<http://www.tre-sp.jus.br/imagens/imagens/nucleo-de-acesso-a-informacao-nic>

Central de Atendimento ao Eleitor



Colocada à disposição do público para prestar esclarecimentos sobre o serviço eleitoral

DISQUE 148*

(Serviço Tarifado).

264.382

atendimentos em 2018

TWITTER

@trespjustbr

11.538

seguidores



YouTube

/trespjustbr

4.487

inscritos

979.438

visualizações

desde a criação do canal em 31.1.2012



Facebook

/tresp.oficial

80.254

seguidores

Com um alcance de mais de **15 milhões** de usuários no ano de 2018



Atende demandas relativas a reclamações, denúncias, sugestões e elogios

2.097

atendimentos em 2018

<http://www.tre-sp.jus.br/institucional/ouvidoria/ouvidoria>

CANAIS DE ATENDIMENTO NAS ELEIÇÕES 2018



Aplicativo Pardal

8.575

denúncias recepcionadas em 2018 sobre infrações praticadas por candidatos e partidos políticos durante o período das Eleições 2018, relacionadas a compra de votos, uso da máquina pública, crimes eleitorais, doações e gastos eleitorais, propaganda eleitoral em geral, exceto as veiculadas em emissoras de TV e rádio e na internet.



Denúncia online

1.064

denúncias recepcionadas em 2018 sobre propaganda eleitoral fixa (outdoors, balões, bonecos, cavaletes, pichações e inscrições a tinta em muros e fachadas).



NAPP – Núcleo de Apoio aos Partidos Políticos

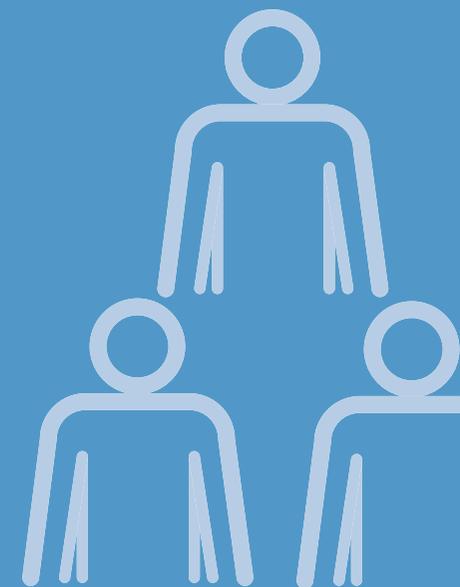
2.412

atendimentos

Grupo multidisciplinar dedicado a prestar suporte técnico e procedimental aos partidos políticos, abrangendo os temas afetos a convenções partidárias, registro de candidatos, arrecadação de recursos e gastos de campanha e prestação de contas, assim como o uso dos respectivos sistemas eleitorais.



RESULTADOS DA GESTÃO



CAPÍTULO 2

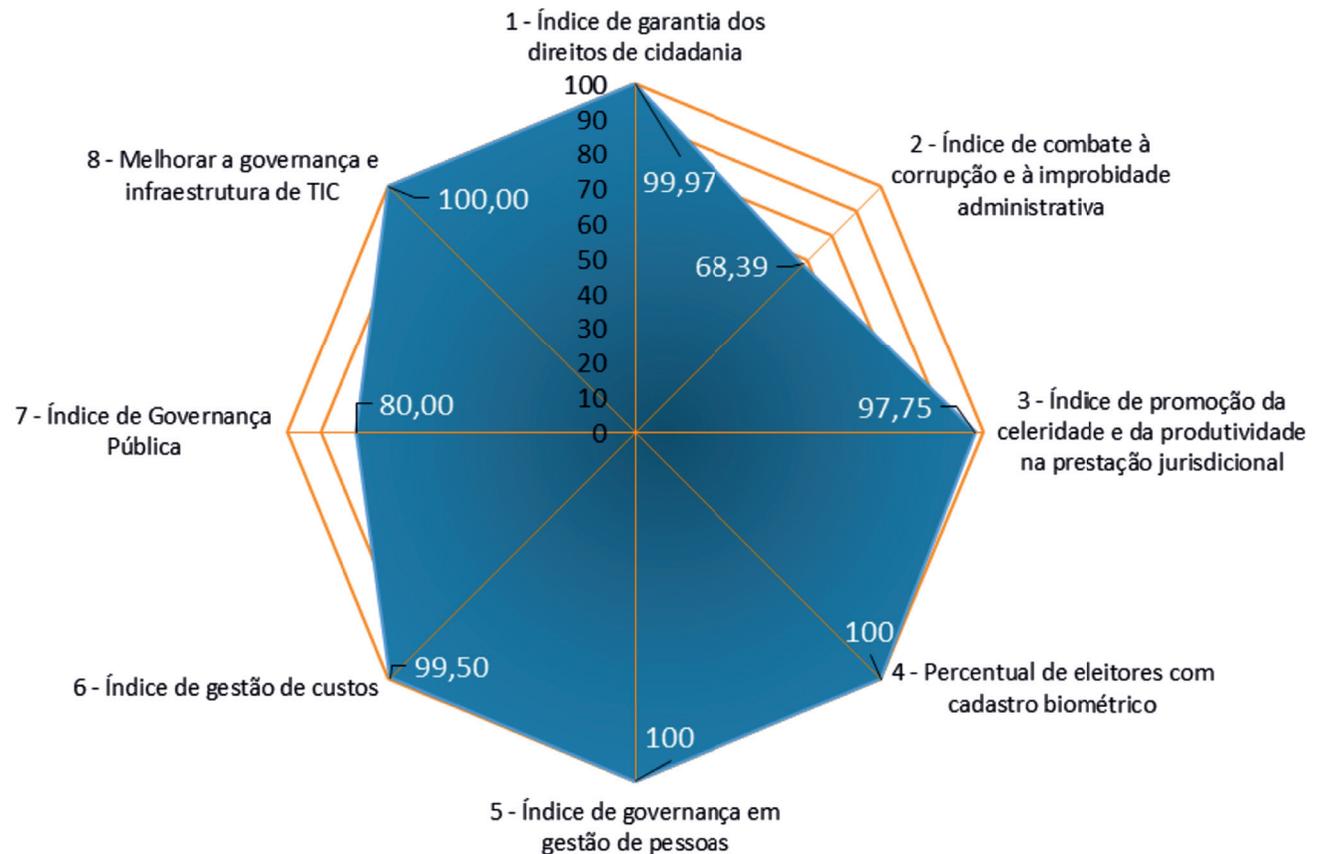
Resultados da Gestão

O TRE-SP enfrentou muitos desafios ao longo do ano de 2018, tanto do ponto de vista orçamentário, em virtude da Emenda Constitucional n. 95/2016, que limitou por 20 (vinte) anos o aumento de gastos públicos, como sob o aspecto da governança e da gestão administrativa. Cite-se, por exemplo, o Programa de Identificação Biométrica do Eleitor, o qual, na atualidade, representa um dos maiores desafios enfrentados pelo TRE-SP, dado que até o ano de 2022 o cadastramento biométrico do eleitorado de todo o país deverá estar concluído. Para cumprir essa meta necessário adotar uma postura cada vez mais agressiva em relação ao número de eleitores a serem cadastrados e de municípios a serem incluídos no procedimento de revisão obrigatória, passando a realizar a identificação biométrica do eleitor no momento da votação. Nessa linha, no ano de 2018, concluiu-se o cadastramento em 107 municípios e deu-se início ao planejamento das etapas subsequentes, com a previsão de realização da revisão do eleitorado em 478 municípios no ano de 2019.

Outro grande desafio que podemos citar refere-se à realização das Eleições 2018, além de lidar com o reduzido prazo para julgamento dos registros de candidatura, definido pela Lei n. 13.165/2015, e com a conclusão da implantação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do 2º Grau, a organização da eleição foi impactada pela profusão de fake news disseminadas nas redes sociais em torno da segurança da urna eletrônica e da confiabilidade dos resultados da votação o que exigiu a constante intervenção da administração seja no sentido de combater as notícias falsas que circularam na internet seja no sentido de promover auditorias públicas para demonstrar a confiabilidade das urnas eletrônicas.

Apesar desses e de outros desafios, com as estratégias traçadas para direcionar a atividade administrativa e as iniciativas definidas para implementar essas estratégias, o TRE-SP conseguiu avançar na concretização dos macrodesafios estabelecidos no Plano Estratégico Institucional 2016-2021, como veremos a seguir.

Demonstração do grau de atingimento dos indicadores de resultado de cada macrodesafio do Plano Estratégico do Exercício 2018



Garantir o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral em todo o Estado.

Assegurar a satisfação do eleitor no atendimento pela Justiça Eleitoral, em todos os seus canais.

Atuar na promoção da inclusão social.

Garantir a satisfação do eleitor com o atendimento da Justiça Eleitoral.

Zelar pela credibilidade da Justiça Eleitoral nos meios de comunicação.



Justiça Itinerante: o foco do atendimento itinerante é atuar, preferencialmente, em regiões nas quais o eleitor encontra maior dificuldade de acesso à Justiça Eleitoral. Por meio desse trabalho, foram instalados 88 postos itinerantes entre 2017/2018, resultando no atendimento de 109.006 eleitores na capital e outros 41.500 no interior do Estado, totalizando 150.506 eleitores atendidos em postos instalados provisoriamente.

Ônibus da Justiça Eleitoral: a partir de uma iniciativa do Juízo da 356ª Zona Eleitoral (Sorocaba), um ACESSO À JUSTIÇA ELEITORALveículo foi adaptado para criar o Ônibus da Biometria, possibilitando o cadastramento biométrico de eleitores em seu interior. No período de 30 de janeiro a 9 de maio de 2018, foram atendidos 12.822 eleitores. O projeto foi uma parceria entre a Justiça Eleitoral, a Prefeitura de Sorocaba, o Centro Paula Souza, a FATEC Sorocaba e a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Sorocaba.



Coordenadores de acessibilidade e Auxiliares de Libras nos locais de votação: Nas eleições de 2018, mais de 10 mil colaboradores atuaram em locais de votação do Estado para auxiliar pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Outros 563 colaboradores com conhecimento em Libras auxiliaram deficientes auditivos nos locais.

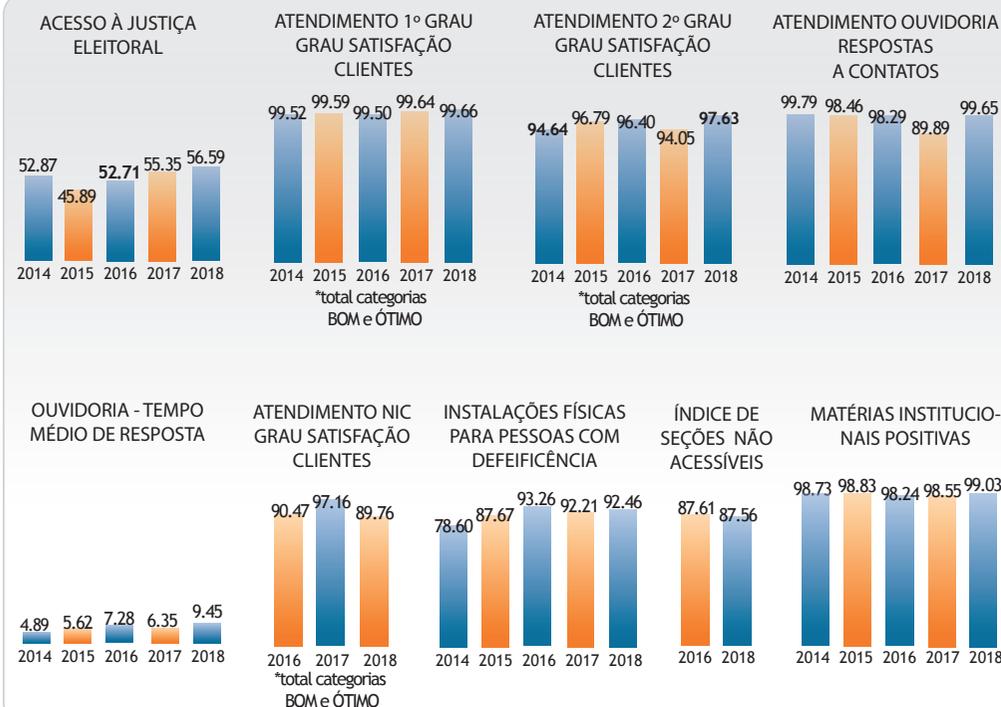


Voto dos presos provisórios e adolescentes internados: o projeto visa viabilizar aos que se encontram sob a custódia do Estado, porém estão aptos a votar, a possibilidade de exercer esse direito no dia da eleição. No Estado, a Justiça Eleitoral instalou, nas eleições de 2018, 83 seções eleitorais, a fim de assegurar a participação de presos provisórios e menores internados no processo eleitoral, beneficiando 4.490 pessoas.

Adesão ao programa de Penas Alternativas: disponibilização dos cartórios eleitorais como local para prestação de serviços à comunidade. Em 2018, 148 apenados foram beneficiados pelo programa; 51 zonas eleitorais receberam o auxílio do prestador de pena alternativa no cartório, do total de 215 unidades abrangidas pelo projeto.

Ciclo de exposições e diálogos para jornalistas: evento durante o qual os Juizes do Tribunal e Jornalistas debateram os assuntos de maior interesse dos profissionais de imprensa, tais como, a situação de pré-candidatos e candidatos que estão presos, a Lei da Ficha Limpa, os requisitos para concorrer e as hipóteses que geram impedimento à disputa, a propaganda eleitoral na internet, as fake News, o financiamento de campanha e a prestação de contas.

INDICADORES (%)



Promover a Educação Eleitoral, transmitindo para a sociedade informações sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.

Disseminar informações sobre o Código de Ética do TRE-SP, com o objetivo de contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético profissional visando intensificar o respeito e a legitimação da sociedade quanto a atuação do TRE-SP.

Melhorar o controle e a fiscalização do gasto público.



Promoção de palestras e atividades de caráter educativo, pelos cartórios eleitorais, pela Presidência e pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista - EJEJ, com o objetivo de contribuir para a formação cultural e cívica, e conscientização política de alunos de ensino fundamental, médio e de nível superior. Em 2018 foram realizados 69 eventos, com cerca de 3.000 participantes.

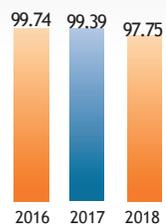
Renovação da composição da Comissão Permanente de Ética do TRE/SP (Portaria TRE-SP n. 92/2018).

Campanhas internas setoriais de conscientização para servidores da área fim do tribunal sobre a relevância do atingimento da meta relativa ao combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Controle concomitante e fiscalização da arrecadação e gastos de campanha - Eleições 2018.

Circularização da prestação de contas.

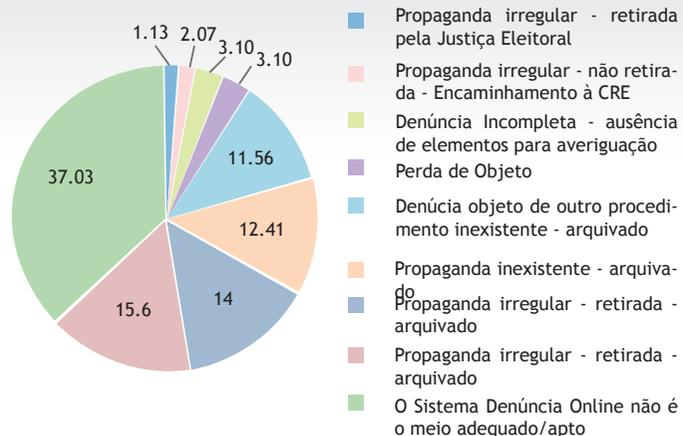
PROCESSOS "FICHA LIMPA" FINALIZADOS PRAZO INFERIOR 1 ANO



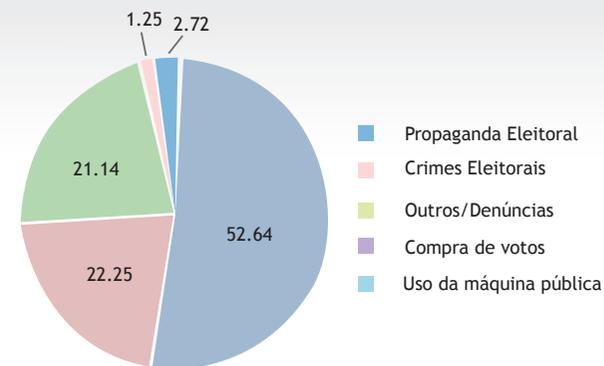
PARECERES CONCLUSIVOS - PRESTAÇÃO DE CONTAS EMITIDOS



SISTEMA DENÚNCIA ONLINE - DADOS RECEBIDOS



SISTEMA PARDAL DADOS RECEBIDOS



INDICADORES (%)

Expandir a implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe no 2o grau.

Reduzir o número de processos pendentes de julgamento, tanto no primeiro quanto no segundo grau (juízes eleitorais e Corte do TRE-SP).

Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo, fixando prazo máximo de julgamento por instância.



Ampliação da implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe para todas as classes originárias: a medida teve como objetivo imprimir a celeridade almejada na prestação jurisdiccional para as eleições gerais 2018. O Tribunal recebeu, em 2018, 8.653 novos casos. Dentre esses, 3.998 registros de candidaturas foram processados e julgados em 33 dias, entre 15/08 e 17/09/2018, prazo drasticamente reduzido pela Lei nº 13.165/2015 em relação ao pleito equivalente de 2014, cujo período de processamento contava com mais 41 dias, com início antecipado em 05/07.

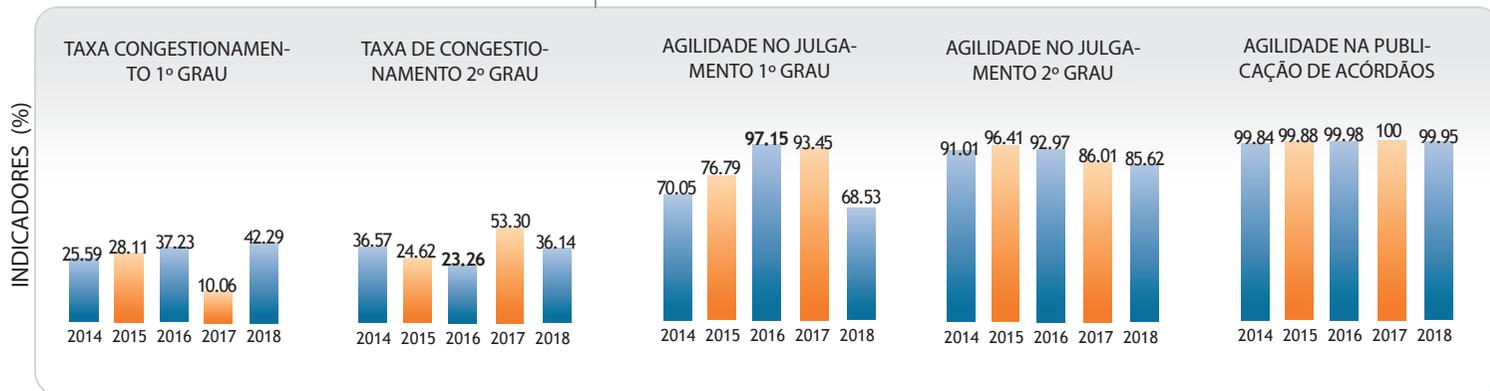
O PJe proporcionou, também, maior transparência da informação aos cidadãos, eleitores, advogados, mediante acesso ao processo na íntegra na internet, diminuindo sensivelmente o atendimento ao público.

Além disso, trouxe o benefício da segurança dos dados, uma vez que sempre havia o risco de extravio de documentos; bem como, ganhos ambientais com a redução no gasto de materiais (papeis, tintas) e ganhos logísticos, sem a necessidade de armazenamento de volumes de processos físicos.

O grande desafio que se apresenta é redesenhar os processos de trabalho tendo em mãos essa inovadora ferramenta.

Criação de força-tarefa para cumprimento dos prazos exíguos do novo calendário eleitoral.

Sensibilização de Juízes e servidores sobre a necessidade de se dar prioridade aos feitos que podem obstar diplomação ou perda do mandato eletivo.



Expandir o cadastramento biométrico: O Programa de Identificação Biométrica do Eleitor da Justiça Eleitoral tem como principal objetivo fortalecer a segurança do processo eleitoral, por meio do registro da impressão digital dos eleitores, a fim de garantir que o eleitor seja único no cadastro eleitoral e que aquele que se apresentar para o exercício do voto, seja o mesmo que se habilitou no alistamento eleitoral/revisão. No ano de 2018, a Justiça Eleitoral Paulista concluiu o cadastramento obrigatório em mais 92 municípios, atendendo mais de 4,5 milhões de eleitores.

Gerir os riscos de eleição: identificar, analisar e promover o tratamento de eventos que possam ter impactos negativos nas atividades do processo eleitoral. A Gestão de Riscos da Eleição é um instrumento importante para o fortalecimento da capacidade da Justiça Eleitoral Paulista entregar à sociedade eleições justas e limpas.

Implementar o Plano Integrado de Eleições: instrumento usado para planejar, acompanhar a execução e avaliar as diversas atividades de preparação do processo eleitoral nas unidades do TRE-SP, fortalecendo a gestão das eleições.

Aprimorar a segurança da informação.

Aperfeiçoar as práticas de governança e gestão de TIC.



Gestão de riscos da eleição.

Desenvolvimento de um plano integrado de eleições, de forma a garantir a execução do processo eleitoral de forma eficiente, assegurando a legitimidade e integridade do pleito.

Avaliação das eleições, envolvendo todos os cartórios eleitorais do Estado.

Mapeamento, classificação e tratamento aos riscos relativos às atividades que compõe o processo eleitoral.

Combate as fake news localizando, apurando e respondendo a divulgação de notícias falsas promovendo informações sobre urna eletrônica e processo eletrônico de votação.

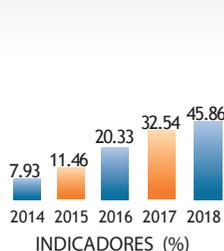
Realização de treinamento de mesários e apoio logístico sobre o funcionamento da urna eletrônica e das seções eleitorais.

Realização de auditoria das urnas eletrônicas através de cerimônias públicas com a participação da sociedade.

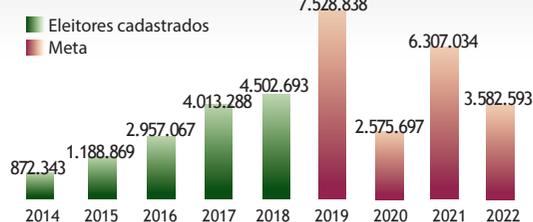
Alinhamento com as forças policiais para proteção e vigilância das urnas eletrônicas em todo Estado.

Limitação da quantidade de eleitores por seção de forma a garantir a segurança e tranquilidade nas seções eleitorais do Estado de São Paulo.

PERCENTUAL DE ELEITORES COM CADASTRO BIOMÉTRICO



PERCENTUAL DE ELEITORES COM CADASTRO BIOMÉTRICO



Desenvolver competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados.

Implantar programas e ações que promovam uma forma de gerir pessoas como parceiras de seu desenvolvimento e promotoras de mudanças organizacionais e que reflitam melhorias nas entregas e na imagem institucional.

Humanização nas relações de trabalho.

Adequada distribuição da força de trabalho.

Promover a valorização dos servidores.



Realização do 1º Ciclo de Reconhecimento de Servidores, por meio de palestras e ações de conscientização.

Programa de Integração e Capacitação para os novos servidores, por meio de curso e ações específicas para que os novos servidores iniciem suas atividades de maneira efetiva e consciente, sobretudo no que tange à conscientização sobre a importância de seu papel e compromisso com o TRE-SP.

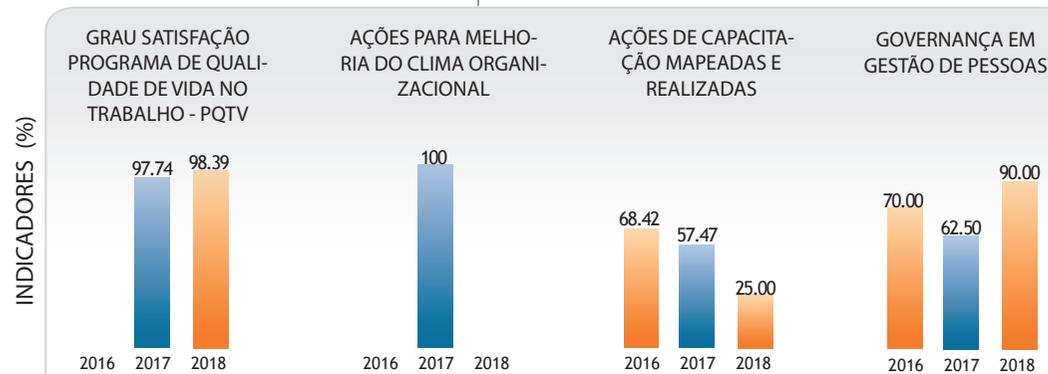
Avaliação Gerencial de todos os gestores (Secretaria e cartórios eleitorais).

Mapeamento dos Processos de Trabalho da SGP, com vistas à promoção de uma maior qualidade na prestação dos serviços.

Instituição do planejamento estratégico, permitindo um correto alinhamento das ações de gestão de pessoas aos objetivos estratégicos institucionais.

Pesquisa de Satisfação da Prestação de Serviços da SGP, com o objetivo de aferir o grau de satisfação dos servidores na prestação de serviços da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Implantação da gestão por competências, o que permitirá, entre outras melhorias, que o indicador Ações de Capacitação mapeadas e realizadas, retomar sua trajetória ascendente.



Observação: O percentual de ações de capacitação mapeadas está decrescendo em virtude de a gestão por competências não haver sido completamente implantada, o que gera um descolamento temporário das ações em relação às competências. A Gestão por Competências está em fase de implantação, o que fará o indicador retomar a trajetória ascendente.

Estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

Atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do órgão.

Execução de recursos em acordo com a programação orçamentária.

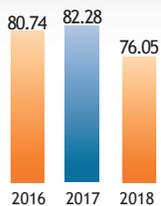
Implantação do Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos - SIGEC, com o objetivo de tornar os processos de coleta de informações de imóveis e captação de custos mais ágeis e seguros, bem como tornar os dados mais acessíveis.

Implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral conforme Resolução TSE n.º 23.504, de 19 de dezembro de 2016.



INDICADORES (%)

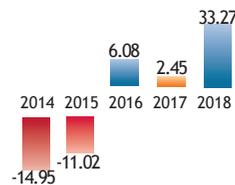
ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



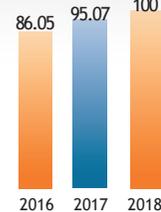
PERDAS ORÇAMENTÁRIAS



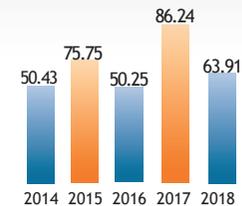
ECONOMICIDADE



ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES

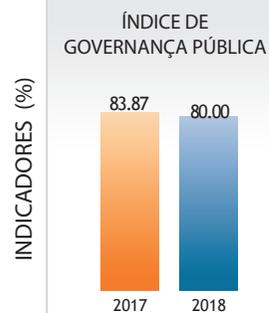


AGILIDADE NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS



Estabelecer o sistema de governança e gestão corporativa, com a finalidade de aperfeiçoar a estratégia, garantir a constante melhoria do desempenho institucional, promover uma gestão eficiente e participativa, com foco no alcance dos resultados esperados e geração de valor para a sociedade.

Promover a gestão de riscos, definindo o Processo de Gestão de Riscos do TRE-SP, com a finalidade de ampliar a possibilidade do alcance dos objetivos institucionais.



Definição da Estrutura de Governança do TRE-SP, por meio da Resolução TRE-SP n. 421/2018, com o objetivo de identificar as instâncias responsáveis pela tomada de decisão e a forma de interação entre as diversas unidades que compõem a estrutura organizacional.

Criação do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais, com o objetivo de mapear, diagnosticar e monitorar, sistematicamente, a realidade, as peculiaridades e as demandas específicas dos Cartório Eleitorais do Estado de São Paulo, ampliar a interação entre a Administração e os cartórios, sugerir ações para o cumprimento das metas do Poder Judiciário Nacional e do Plano Estratégico do TRE/SP, dentre outras atribuições (Portaria TRE-SP n. 53/2018).



Realização de RAE - Reuniões de Análise da Estratégia, com o objetivo de analisar o desempenho dos macrodesafios previstos no Mapa Estratégico do TRE-SP.

Realização da RAE SOCIOAMBIENTAL - reuniões de análise da estratégia com foco nos temas: acessibilidade, sustentabilidade e cidadania.

Gestão Participativa na construção das Metas 2019, considerando os princípios para a gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, instituídos pela Resolução CNJ nº 221/2016, e com o objetivo de tornar o processo de escolha das metas específicas da Justiça Eleitoral o mais participativo possível TRE-SP promoveu ao longo do ano de 2018, uma série de ações internas e externas com o intuito de assegurar a participação de magistrados, servidores e cidadãos no processo de seleção e priorização de metas.

Incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

Otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.



Implementação de Avaliações Periódicas das Práticas de Governança Corporativa de TIC, conforme Portaria Nº 159/2018.

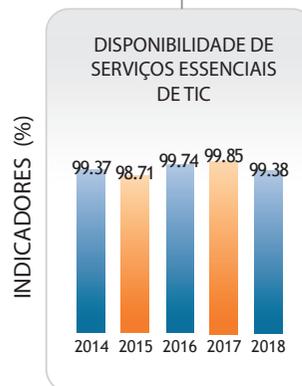
Aprimoramento da Governança e da Gestão de TIC, por meio da elaboração de Plano de Ação.

Modernização do parque de ativos de microprocessamento, por meio da aquisição de novos equipamentos em substituição àqueles tecnologicamente defasados, bem como ampliação de recursos, atendendo ao aumento da demanda.

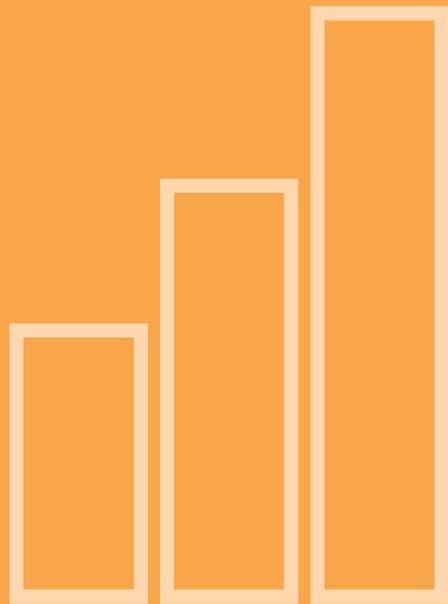
Desenvolvimento de sistemas informatizados, possibilitando otimizar os processos existentes, suportar novos procedimentos e iniciativas, além de reduzir custos.

Virtualização do Datacenter, aprimorando a utilização dos recursos físicos dos ativos de infraestrutura, alocando recursos com maior eficiência, de acordo com as necessidades demandadas.

Aprimoramento do Suporte Operacional, por meio da adequação do Catálogo de Serviços de TIC às necessidades e implantação de novo Sistema de Gestão de Incidentes e Solicitações de TI, baseado em software livre.



ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO



CAPÍTULO 3

Declaração Conjunta dos Secretários

As Unidades de Gestão têm suas competências regimentais descritas no Regimento Interno da Secretaria, conforme Resolução TRE-SP nº 297/2013, que fundamenta a definição da missão institucional de “Garantir a legitimidade do processo eleitoral”, contribuindo para a melhoria contínua do serviço eleitoral de forma sustentável, e são compostas das seguintes unidades:

- SAM - Secretaria de Administração e Material
- SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas
- SGS - Secretaria de Gestão de Serviços
- SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças
- STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

As Unidades de Gestão desempenham, no âmbito deste Órgão, as funções de administração de material e patrimônio (SAM), de recursos humanos (SGP), de serviços gerais (SGS), de planejamento orçamentário, administração financeira e contábil (SOF) e de administração dos recursos de tecnologia da informação (STI), sujeitando-se às orientações normativas e às supervisões técnicas dos respectivos órgãos superiores.

Nesse contexto, compete a essas unidades planejar, coordenar, apoiar e supervisionar atividades relacionadas a sua área de atuação específica.

As iniciativas estratégicas das Unidades de Gestão estão alinhadas ao Plano Estratégico Institucional do Tribunal, notadamente ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valor Integrada, conforme Resolução TRE-SP nº 367/2016 e Portaria TRE/SP nº 173/2017, das quais se destacam:

SAM - Alinhado ao Macrodesafio “Melhorar a Gestão de

Custos”, no ano de 2018 a Secretaria de Administração de Material desenvolveu estudos que culminaram na apresentação, à Direção e à Presidência do TRE-SP, de um modelo de governança e gestão geral das aquisições de contratações sob a denominação de PAC - Plano Anual de Contratações. O PAC permitirá um planejamento mais aprofundado das compras e contratações e melhor visualização da execução geral desses procedimentos, possibilitando a otimização de recursos orçamentários, o que pode permitir, mesmo no cenário restritivo da Emenda Constitucional nº 95/2006, avanços nos investimentos de Capital da Justiça Eleitoral.

SGP - Aprovação do Plano Estratégico de Pessoas do TRE-SP para o período de 2018 a 2022, que constitui num planejamento tático para a área de Gestão de Pessoas do Tribunal Eleitoral paulista, tendo como foco principal a busca pelo atingimento do Macrodesafio “Melhorar a Gestão de Pessoas”, previsto no Planejamento Estratégico Institucional. Iniciou-se o mapeamento dos processos de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas, diretamente relacionado ao objetivo estratégico “otimizar e padronizar os processos de trabalho da SGP”, e implantou-se a pesquisa de satisfação dos clientes, atinente ao objetivo “consolidar a credibilidade da SGP e fortalecer seu papel de promotora das políticas de gestão de pessoas”.

SGS - Alinhada ao Macrodesafio “Garantir os Direitos da Cidadania”, a Secretaria de Gestão de Serviços promove anualmente pesquisa junto aos cartórios eleitorais a fim de obter informações que sirvam de base para medição do indicador “Índice de instalações físicas adequadas a pessoas com deficiência” (Indicadores do Planejamento Estratégico 2016-2021). A medição da quantidade de imóveis da Justiça Eleitoral adaptados para pessoas com deficiência visa garantir e estimular a plena participação dessas pessoas aos serviços e às informações prestados pela Justiça Eleitoral.

SOF - Implantação do Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), em alinhamento ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Custos”, que propõe fomentar a utilização da informação de custos para tomadas de decisões nos diversos níveis hierárquicos, com vistas à eficiência, à eficácia e à efetividade na utilização dos recursos públicos.

STI - Atendendo aos Macrodesafios “Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral”, “Aperfeiçoar a Gestão de Custos” e “Melhorar a Governança e Infraestrutura de TIC”, em 2018 foram adquiridos 1.650 microcomputadores, 408 notebooks e 1.900 monitores, ao custo de R\$ 8,2 milhões, possibilitando a renovação do parque de equipamentos de TIC, bem como a distribuição de monitor adicional para a utilização do Processo Judicial Eletrônico - PJe. Além disso, destacam-se as ações:

- fornecimento e configuração de equipamentos para o cadastramento biométrico de 4,5 milhões de eleitores;
- assunção do Contrato de Prestação de Suporte à Infraestrutura de TI, oriundo do TSE, possibilitando a redução de custos de 35% no valor da Unidade Técnica de Serviço (UST), além de adequar o catálogo de serviços prestados pela empresa às reais necessidades do TRE-SP. A redução dos custos possibilitou um incremento de cerca de 32% nas horas contratadas, aumentando a produtividade do Suporte Operacional e um melhor atendimento aos usuários;
- aprimoramento da Segurança da Informação, por meio da publicação da nova Política de Segurança da Informação, instituída pela Resolução TRE-SP nº 422/2017;

- implementação de Avaliações Periódicas das Práticas de Governança Corporativa de TIC, conforme Portaria TRE-SP nº 159/2018;
- aprimoramento da Governança e da Gestão de TIC, por meio da elaboração de Plano de Ação contendo iniciativas para implementação de novos processos e melhoria das práticas de governança.

A restrição orçamentária é um grande desafio da gestão de recursos financeiros, principalmente com o advento da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou os gastos da União, para os próximos 20 anos, a partir do exercício de 2017, ao montante dispendido no ano anterior, corrigido apenas pela inflação (IPCA-IBGE), com o propósito de equacionar o crescente déficit das contas públicas da União. Tal cenário exigiu readequações das programações e o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados sem comprometer, no entanto, a qualidade da prestação de bens e serviços à sociedade.

No que tange à gestão de pessoas, a recomposição da força de trabalho integra um dos grandes desafios, na medida em que 10% dos servidores estão em abono de permanência, ou seja, são profissionais passíveis de aposentadoria, sem previsão de reposição, diante da suspensão de provimentos determinada pela Portaria TSE nº 671/2017, alterada pelas Portarias TSE nºs 574 e 1.091/18.

Diante disso e entendendo necessária a otimização do capital humano, a Secretaria de Gestão de Pessoas trabalha no dimensionamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho, no mapeamento das ocupações críticas e na instituição do modelo de gestão de pessoas por competência, previstos para entrega em 2019.

Por sua vez, a Secretaria de Tecnologia da Informação tem atuado no desenvolvimento de novos sistemas e implementação de tecnologias visando a otimização dos processos e o atendimento das demandas.

Sobre as oportunidades de melhorias, pode-se destacar:

- como recursos para minimizar os impactos da evasão da força de trabalho, o TRE-SP vem intensificando a otimização dos processos de trabalho e do capital humano, mantendo o nível de excelência dos serviços;
- na área de gestão de licitações e contratos, o avanço na normatização da gestão de aquisições e de contratações, da gestão de riscos, de processos de trabalho e a implementação de um sistema consolidado para gestão de licitações e contratos, são ações intentadas para que se possa equilibrar um cenário de demandas crescentes conjugado com a diminuição gradativa da força de trabalho;
- visando a melhor distribuição das unidades deste Regional, em detrimento do espaço físico restrito na Sede I, bem como a melhoria do conforto dos servidores, a Secretaria de Gestão de Serviços realizou intervenções para adequação das futuras instalações da Sede III (piso elevado, impermeabilização, piso vinílico, acessibilidade, instalações hidráulicas, pintura e reforma interna das edificações). Além dessas ações, outras ainda são necessárias em caráter prévio à ocupação dessa edificação, sujeitas à disponibilidade orçamentária;
- na área de Governança Corporativa de TIC, foram aprimorados processos de trabalho, com base nas diretrizes fornecidas pelo Conselho

Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União, resultando na melhoria do controle dos procedimentos.

A conformidade e a confiabilidade de gestão descritos neste capítulo encontram-se fundamentadas em informações constantes dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública Federal (SIAFI, SIOP, SPIUNET, e-Pessoal-TCU) e sistemas internos que foram desenvolvidos pelo Órgão (SGRH, ASI/LINK, SIGEPRO, SIGEC, GEPRO e PAD), bem como na observação da legislação pertinente a cada área de atuação, conforme destacado nos itens temáticos deste capítulo.

Em conclusão, DECLARAMOS que os padrões de gestão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo atendem aos requisitos de conformidade, legalidade e confiabilidade das informações prestadas pelos gestores neste Relatório de Gestão.

ALESSANDRO DINTOF
SAM

PAULA HELENA BATISTA SILVA
SGP

JOSÉ LUIZ SIMIÃO DOS SANTOS
SGS

CARLOS YUKIO FUJIMOTO
SOF

DANIEL FORLIVESI
STI

Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas do TRE-SP pauta suas ações e projetos nos princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Outrossim, cumpre as determinações previstas na Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, além das diretrizes estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário e órgãos de controle.

APONTAMENTOS DO TCU

Em 2018, foram restabelecidas, em razão de decisão judicial, o pagamento de pensionistas da categoria “filhas maiores solteiras”, cujo pagamento havia sido cancelado por força do Acórdão TCU nº 2.780/2016.

Ainda neste ano, o TCU noticiou, pelo e-Pessoal, indícios de irregularidade em concessão de pensão a outras filhas maiores solteiras, que estão sendo apurados com o rigor solicitado por aquele órgão de controle.

Ademais, o Regional ainda recebeu duas recomendações, a respeito de pensão e aposentadoria, que estão sendo devidamente atendidas.

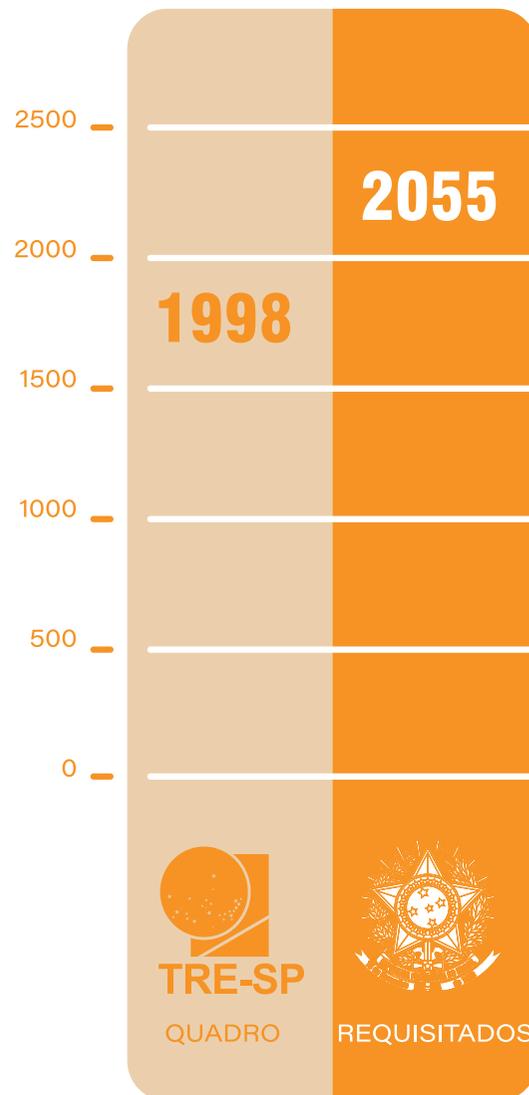
ÍNDICE DE CONFORMIDADE

Em 2018, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme a Lei nº 8730/1993.

Os atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão relativos ao pessoal do TRE/SP foram devidamente incluídos no sistema de Atos de Pessoal e-Pessoal, para fins de registro junto ao TCU, conforme IN nº 55/2007 e nº 78/2018.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do TRE/SP é composta por servidores efetivos do quadro de pessoal, Analistas e Técnicos, e por servidores requisitados de outros órgãos federais, estaduais e municipais.

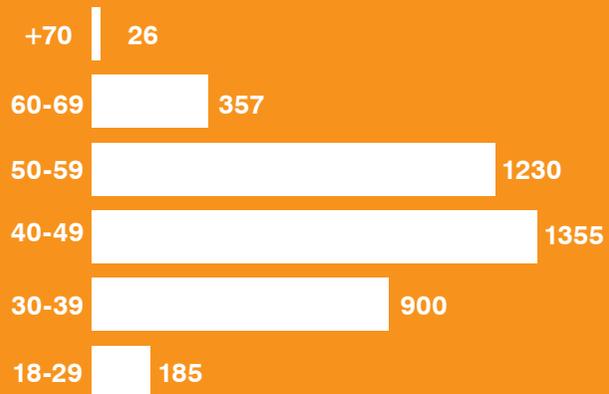


De maneira geral, a força de trabalho é diversificada com relação a idade, gênero e escolaridade, sendo que a grande maioria possui, no mínimo, o superior completo.

4.053 servidores
(2.635 mulheres e 1.418 homens)



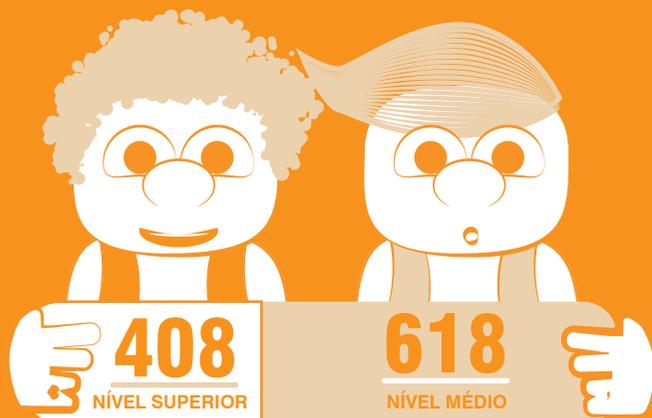
SERVIDORES POR IDADE



**2.466 servidores com especialização
(superior/especialização/mestrado/doutorado)**

Além disso, no ano de 2018, contamos com estagiários de nível médio e superior, alocados especialmente nos cartórios eleitorais de todo o estado.

1.027 ESTAGIÁRIOS



A cada ano o TRE/SP sofre uma defasagem com relação à força de trabalho, com a evasão dos servidores, sejam efetivos ou requisitados, sobretudo por conta de aposentadorias, sem possibilidade de provimento, e cessações das requisições.



Somente no ano de 2018 foram concedidas 46 aposentadorias voluntárias e 4 aposentadorias por invalidez, cujos cargos não puderam ser providos por conta da suspensão de provimentos no âmbito da Justiça Eleitoral, determinada pela Portaria TSE nº 671/2017.

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Para o recrutamento de servidores, este Tribunal cumpre o determinado na Constituição Federal e na Lei nº 8.112/90, que estabelecem que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego. Atualmente, este Tribunal possui concurso público em vigência e os provimentos dos cargos são limitados pelas regras estabelecidas na Portaria TSE nº 671/2017, alterada pelas Portarias nº 574 e 1.091/2018.



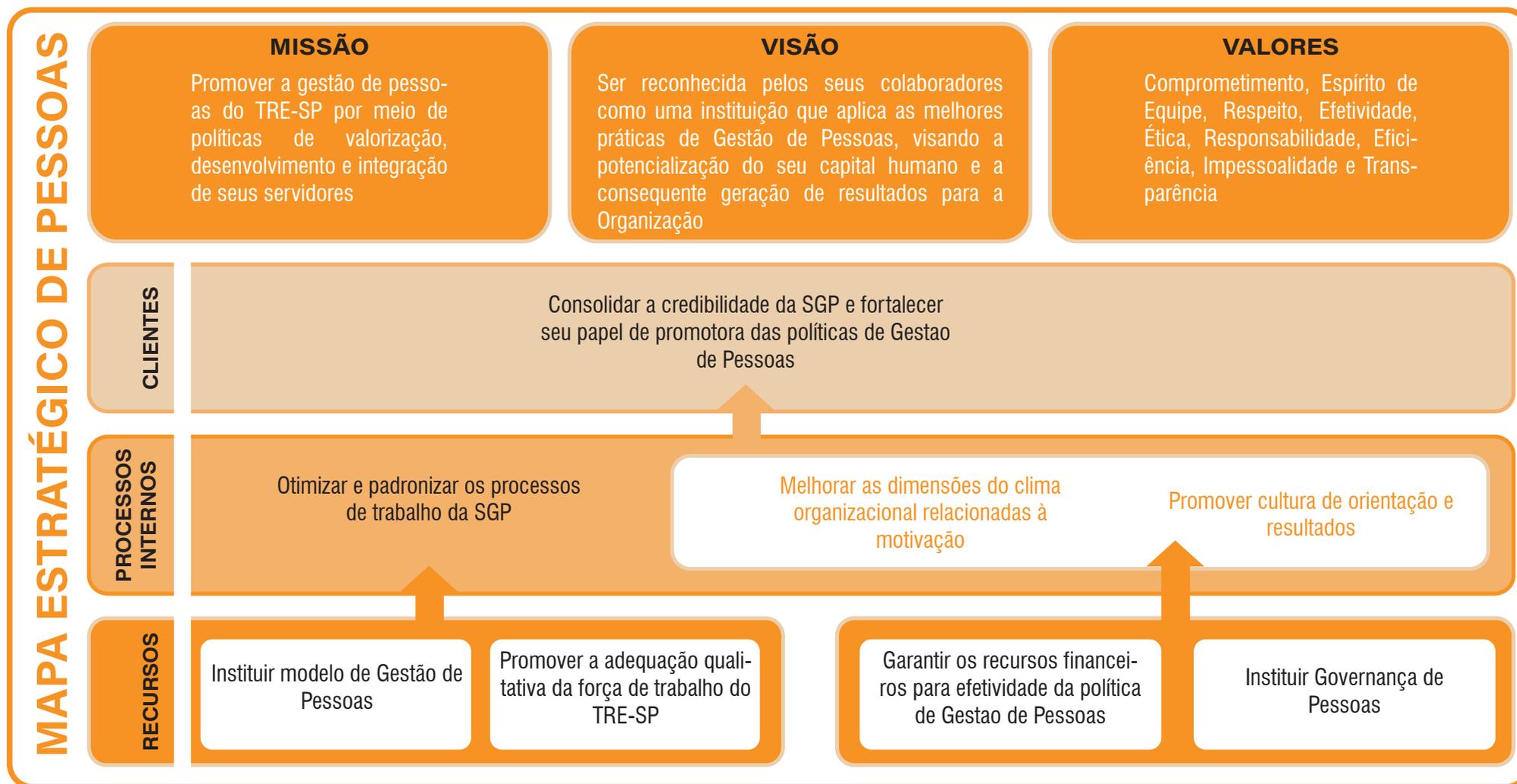
INGRESSOS

No que tange à alocação de pessoas, este Tribunal cumpre as regras estabelecidas pelas Resoluções TSE nº 23.448/2015 e 23.539/2017, e diretrizes determinadas em âmbito interno.

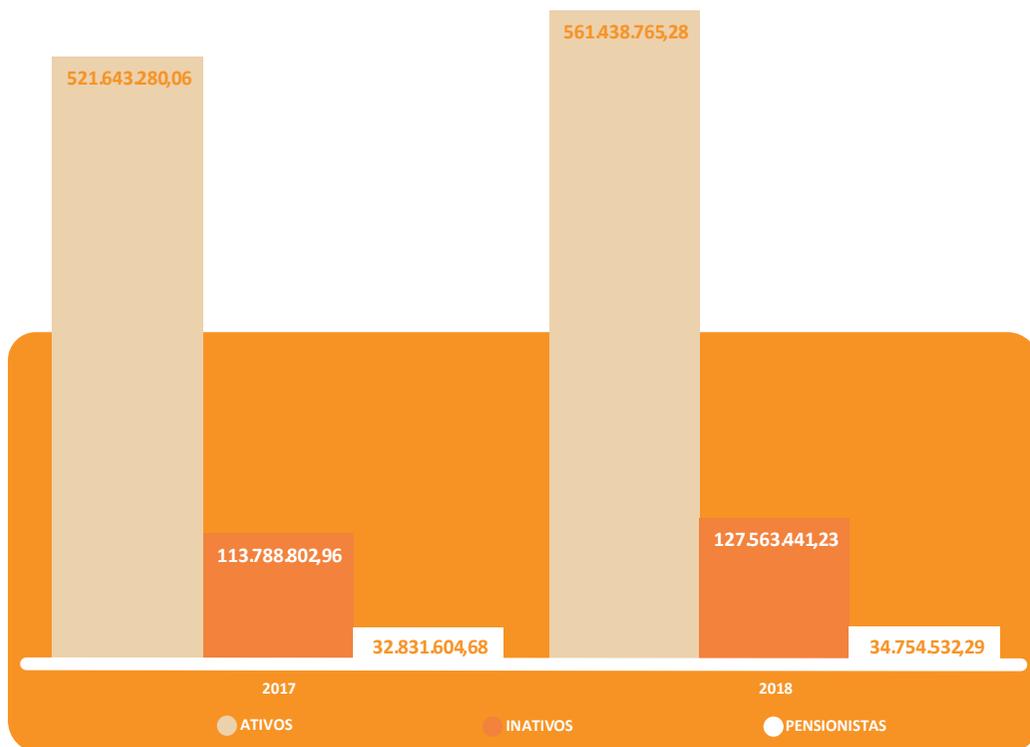
QUANTIDADE DE SERVIDORES



Os recursos em Gestão de Pessoas são aplicados buscando-se atingir os oito objetivos estratégicos do Plano Estratégico de Pessoas, que podem ser entendidos como desafios a serem enfrentados pela área de Gestão de Pessoas para o cumprimento de sua missão e atingimento da sua visão para 2022:



EVOLUÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL



	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS
VANTAGENS FIXAS	300.952.317,67 (53,60%)	107.483.749,09 (84,26%)	31.395.587,38 (90,34%)
GRATIFICAÇÃO NATALINA	29.177.100,04 (5,20%)	9.733.293,04 (7,63%)	2.636.902,85 (7,59%)
BENEFÍCIOS	37.840.095,58 (6,74%)	2.404.298,10 (1,88%)	465.045,00 (1,34%)
VANTAGENS VARIÁVEIS	43.996.790,09 (7,84%)	7.415.842,76 (5,81%)	5.809,66 (0,02%)
EXERCÍCIOS ANTERIORES	217.913,37 (0,04%)	526.258,24 (0,41%)	251.187,40 (0,72%)
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	29.338.410,30 (5,23%)		
AUTORIDADE ELEITORAL	44.261.277,08 (7,88%)		
REQUISITADOS/REMOVIDOS	6.001.603,24 (1,07%)		
OBRIGAÇÃO PATRONAL	69.653.257,91 (12,41%)		
TOTAL	561.438.765,28 (100%)	127.563.441,23 (100%)	34.754.532,29 (100%)

Com o objetivo de aprimorar a gestão do serviço extraordinário, o tribunal implantou um sistema informatizado - Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário (GSE), desenvolvido pelo TRE/PA, que permite a convocação dos servidores diretamente pela unidade, o controle do orçamento destinado ao pagamento das horas, e a migração dos dados para o sistema de frequência, o que possibilitou a otimização dos recursos na SGP, vez que agilizou o procedimento, reduziu falhas e minimizou incorreções no processamento.



ESTÁGIO PROBATÓRIO

554 SERVIDORES EM 2018

Destes, 107 servidores adquiriram a estabilidade em 2018.

PROGRESSÃO FUNCIONAL E A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A progressão funcional encontra-se regulamentada pela Portaria TRE-SP nº 514/2007 e corresponde à movimentação do servidor de um padrão para o seguinte. Para tanto, o servidor passa por avaliação de desempenho, anual, e deve cumprir alguns requisitos:

- 365 dias de efetivo exercício entre uma classe/padrão e outra, excluídas certas modalidades de afastamento;
- obter resultado equivalente ao mínimo de 70% da pontuação total da avaliação anual de desempenho, constituída pela AVALIAÇÃO da chefia imediata (peso 2) e pela AUTOAVALIAÇÃO do servidor (peso 1); e
- no caso de promoção, realizar 80 horas em ações de capacitação durante a permanência na classe.

1104

servidores foram avaliados em 2018.
1 servidor não enviou avaliação

59,31% servidores em progressão - 1.105

AVALIAÇÃO GERENCIAL

Um dos macrodesafios constante no planejamento estratégico 2016-2021 é a melhoria da gestão de pessoas, que se refere a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário.

Da mesma forma, o Plano Estratégico de Pessoas possui entre seus objetivos a instituição de modelo de gestão

de pessoas e a promoção de cultura de orientação a resultados.

Nesse sentido, foi implantado no ano de 2018 o Programa Permanente de Avaliação Gerencial, ligado à Gestão de Pessoas por Competências, com o objetivo de acompanhar e potencializar o desempenho dos gestores deste E. Tribunal.

COM MÉDIA

500

AVALIADOS

550

Finalizada a etapa de avaliação e divulgação dos resultados, será dado início à elaboração dos Planos Gerenciais Individuais – PGIs para os gestores que não alcançaram a média na respectiva avaliação.

Vale dizer, o PGI visa promover o desenvolvimento do gestor por meio de Sessões de Coaching e servirá como ferramenta para aperfeiçoamento das competências comportamentais e gerenciais. O trabalho será realizado em conjunto com os respectivos gestores e incluirá a realização de contato com suas equipes de trabalho, a fim de proporcionar a gestão participativa.

Após a realização dos PGIs, será possível aferir a efetividade do desenvolvimento do gestor, assim como

a necessidade de redução ou eliminação de lacunas existentes em sua atuação.

Ressalte-se que a Avaliação Gerencial permitirá, ao longo dos ciclos de aplicação, definir, com bases nas reais necessidades do Tribunal, os eventos que devem constar no Plano de Capacitação Anual (PCA). Da mesma forma, estará diretamente relacionada à elaboração das Trilhas de Aprendizagem para os servidores deste Regional.

Sendo assim, verifica-se que o Programa Permanente de Avaliação Gerencial contribui para a aferição e o controle de indicadores que se relacionam diretamente à gestão de pessoas.

CARGOS GERENCIAIS

No Tribunal, todos os cargos em comissão e funções comissionadas são ocupados por servidores públicos efetivos.

CARGOS EM COMISSÃO

50 disponíveis e 100% de ocupação

FUNÇÃO COMISSIONADA

1063 disponíveis e 98,49% (1047) de ocupação

RECONHECIMENTO



Medalha de Reconhecimento: todos os servidores que se aposentam no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, independentemente do tempo de serviço.

Placa de Reconhecimento: todos os servidores que, cumulativamente, se aposentam no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e possuem tempo mínimo de prestação de serviço neste Tribunal.

CAPACITAÇÃO (ESTRATÉGIA E NÚMEROS)

CONTRATAÇÕES EXTERNAS:

MAIS DE 500 CAPACITADOS. ECONOMIA DE R\$ 330.000,00 EM DESCONTOS

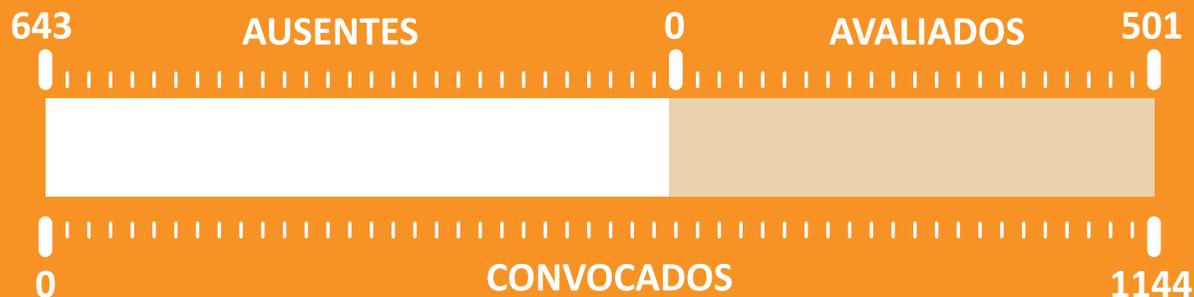
DESENVOLVIMENTO DE EADS:

20 CURSOS - 12.871 CAPACITADOS



SAÚDE

Em cumprimento à Lei nº 8.112/1990, o Tribunal realiza o exame periódico de saúde, que tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.



Com o objetivo de proteger os servidores contra o vírus da gripe, foi realizada uma campanha em que o Tribunal ofereceu vacinação, na capital, para servidores ativos, requisitados e removidos.

700 doses de vacina contra gripe

DESAFIOS

Portaria TSE nº 671/17 (alterada pelas Portarias TSE nº 574 e 1091/18), que limita o provimento de cargo vagos

10% dos servidores recebem abono de permanência (e portanto já podem se aposentar)

Número insuficiente de servidores do quadro (1864) e requisitados (2034, mil a menos que a quantidade de requisições possíveis)

1624 requisitados (75% da mão de obra requisitada junto aos cartórios) devem retornar aos órgãos de origem até 2021

AÇÕES FUTURAS

Nomeação de todos os possíveis cargos e readequação da força de trabalho

Conscientização acerca da possibilidade de migração de regime, buscando reduzir o número de pedidos de aposentadoria

Capacitação constante dos requisitados e servidores do quadro, para otimizar a força de trabalho.

Gestão de Licitações e Contratos

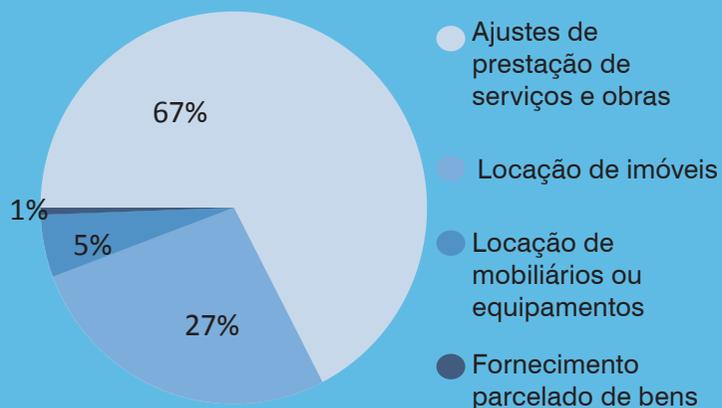
Todas as aquisições e a gestão das contratações foram processadas em atendimento às normas legais, especialmente às Leis nº 8.666/1993 (Normas Gerais de Licitações e Contratos), nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) e Decreto nº 7.892/2013 (Sistema de Registro de Preços). As aquisições com valor estimado superior a R\$ 17.600,00 receberam parecer da Assessoria Jurídica em relação à conformidade aos parâmetros legais.

Todas as aquisições de menor vulto (aquisições diretas) sofrem individual processo de análise, a fim de verificar se atendem aos requisitos e princípios da Lei nº 8.666/1993, no que for cabível.

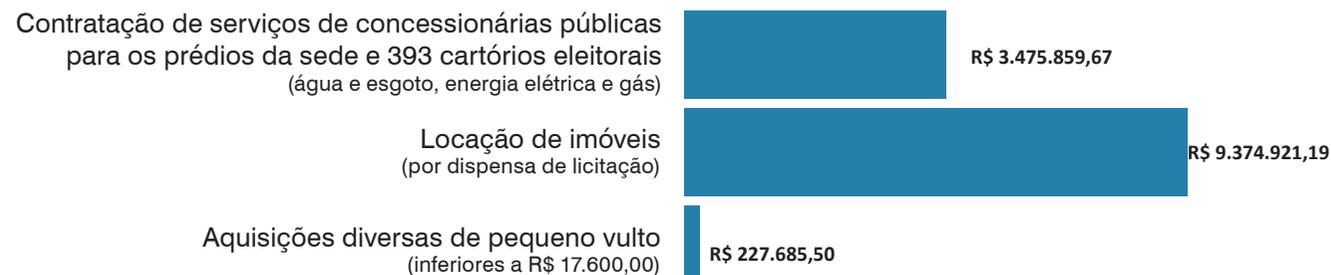
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÕES EM 2018

134	Pregões
192	Contratações diretas
11	Adesões à Ata de Registro de Preços
115	Dispensas de licitação
166	Processos de inexigibilidade de licitação
175	Contratos geridos

CONTRATOS POR TIPO



PRINCIPAIS OBJETOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA



CONTRATAÇÕES DE ELEIÇÕES E ATENDIMENTO AO CIDADÃO MAIS RELEVANTES



PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÕES EM 2018

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA	R\$ 15.213.227,91
SERVIÇOS DE TI	R\$ 12.858.348,25
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 9.374.921,19
ESTAGIÁRIOS	R\$ 5.526.138,43
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	R\$ 1.814.860,86
LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	R\$ 795.130,91
PASSAGENS AÉREAS	R\$ 496.465,57
OBRAS DE ENGENHARIA	R\$ 282.477,98
OUTROS	R\$ 1.133.395,54

A análise dos custos significativos com contratações revela o esforço do TRE-SP em duas frentes:

- 1) manter a infraestrutura de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, essencial para o desenvolvimento de todo o trabalho interno e prestação de serviço ao cidadão; e
- 2) favorecer a prestação de serviços diretos ao cidadão, cujos esforços foram catalisados pelas contratações de assistentes de eleição e de recepcionistas para coleta de dados biométricos do eleitor.

DESAFIO Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou o aumento de gastos por 20 anos

AÇÕES FUTURAS

Aprovação e implementação do PAC – Plano Anual de Contratações, que estabelece normas de Governança e gestão geral das contratações.

Normatização do ciclo individual de cada contratação e estabelecimento da gestão de riscos.

Busca por um sistema informatizado de gestão de compras, licitações e contratos, para redução de rotinas e controles manuais, otimizando a capacidade produtiva dos setores envolvidos.



Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O registro da Gestão Patrimonial é realizado mediante a elaboração do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), encaminhados mensalmente à SOF (Balancete), nos quais constam notas de empenho e notas fiscais correspondentes às aquisições, relatórios de entrada e baixa de bens móveis, bem como o relatório de depreciação (Depreciação Acumulada - Bens Móveis). Os dados de controle analítico extraídos do Sistema ASI, sob responsabilidade da Coordenadoria de Gestão de Material, por meio da Seção de Gestão de Patrimônio, e respectivos saldos contábeis são devidamente conciliados com os lançamentos registrados no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Tais procedimentos de conformidade contábil são regidos pela IN STN nº 6, de 31/10/2007 e normas complementares informadas pela Contabilidade: Macrofunção Siafi 021101 - Relatório Movimentação Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMA e RMB), a Macrofunção 02.03.14 - Conformidade de Registro de Gestão, a Portaria STN nº 467/2009, a Norma Brasileira de Contabilidade 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

TERCEIRIZAÇÃO

Com relação à terceirização, preconizada no Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, teve sua continuidade nos serviços necessários e essenciais ao funcionamento, manutenção e conservação dos prédios da Secretaria e dos cartórios eleitorais da capital.



SERVIÇOS TERCEIRIZADOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA

- Ascensoristas
- Copeiragem
- Limpeza da Secretaria e cartórios da capital
- Vigilância da Secretaria
- Garçonaria
- Manutenção predial
- Carregadores e jardineiros
- Mensageiros
- Transporte com motoristas

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

A decisão pela locação de imóveis é uma estratégia da Administração deste Regional em virtude do elevado custo de manutenção dos imóveis próprios e da dificuldade de contratação de pessoal para realizar a manutenção preventiva.

As locações nos permitem optar por imóveis adequados, com a possibilidade de negociar com os locadores a assunção de eventuais obras, reformas e manutenções de maior porte, restando a este Regional apenas as manutenções ordinárias.

Complementarmente a essa vantagem para a Administração, sempre que um imóvel locado não se mostra adequado, é possível captar no mercado novas opções imobiliárias que permitam a melhor acomodação da Serventia Eleitoral ou unidade da Secretaria.

O Tribunal ocupa atualmente 19 (dezenove) imóveis próprios da União, cujo valor total estimado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET é de R\$112.665.252,49.

Ocupa, também, 01 (um) imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo mediante Permissão de Uso do Imóvel a Título Precário e Gratuito (Decreto nº 22.868/86).

OCUPAÇÃO NA CAPITAL

2

SEDE

2

GALPÕES

58

CARTÓRIOS ELEITORAIS

GASTOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

JANEIRO/2017

R\$ 773.759,70

JANEIRO/2018

R\$ 803.943,98

\$

DESAFIO

Emenda Constitucional nº 95/16, que congelou o aumento de gastos por 20 anos

AÇÕES FUTURAS

- Transição gradual para aplicativo de transporte, reduzindo gasto com terceirização de motoristas



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE-SP, como instituição pública que tem como valor organizacional a prática da Responsabilidade Social e Ambiental, vem dedicando-se, há alguns anos, ao estudo e ao desenvolvimento de ações de cunho socioambiental.

Dada a importância do tema, o Comitê Gestor da Estratégia do TRE-SP (Resolução TRE-SP n. 367/2016), em parceria com o Núcleo Socioambiental, com a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável e com o Núcleo de Estatística instituiu, a partir de 2018, a RAE Socioambiental: reuniões de análise da estratégia voltadas exclusivamente para a discussão dos temas acessibilidade, sustentabilidade e cidadania.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Aquisição de papéis reciclados;

Contratação de outsourcing de impressão para diminuição do número de impressoras;

Exigência de certificação ambiental quanto a origem do madeiramento do mobiliário;

Contratação para descarte ambientalmente correto de lâmpadas e materiais recicláveis;

Exigência de selo de eficiência energética na aquisição de eletrodomésticos e outros bens semelhantes; e

Assinaturas de jornais, revistas e periódicos em versões eletrônicas;

Aquisição de pilhas e baterias sem mercúrio e cádmio.



AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Na Justiça Eleitoral existe significativa variação de padrão de consumo entre os anos devido à sazonalidade das atividades da Justiça Eleitoral ao longo do ciclo de quatro anos, considerando o ano em que há eleições municipais e o ano subseqüente, e o ano em que há eleições gerais e o ano subseqüente.

Outro fator a ser considerado é o cadastramento biométrico do eleitor, intensificado a partir de 2017 e afetará as variáveis de consumo até as eleições de 2022.

Em que pese essas considerações, diversas ações foram implementadas para reduzir o consumo de recursos naturais, tais como a instalação de sensores de presença para iluminação, a substituição de gradual das lâmpadas convencionais por lâmpadas LED, instalação de torneiras com temporizador e válvulas de descarga com duplo acionamento.

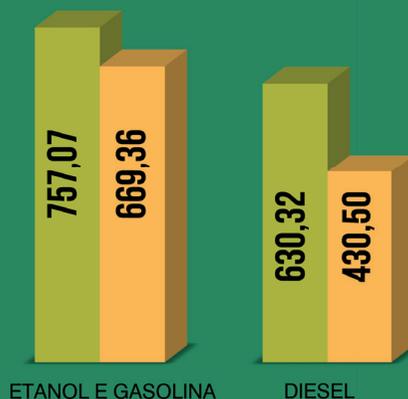
REDUÇÃO DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL



- Estabelecimento de rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados;
- Redução da frota de veículos;
- Celebração de parceria para utilização de serviço de agenciamento de transporte durante o período de fiscalização da propaganda eleitoral.

CONSUMO RELATIVO DE COMBUSTÍVEL (L/VÉICULO)

■ 2017 ■ 2018



NO ANO DE 2018, 100% DO PAPEL CONTRATADO FOI DE PAPEL RECICLADO.



Utilização prioritária de arquivos em meio digital;

Impressão padrão frente-e-verso;

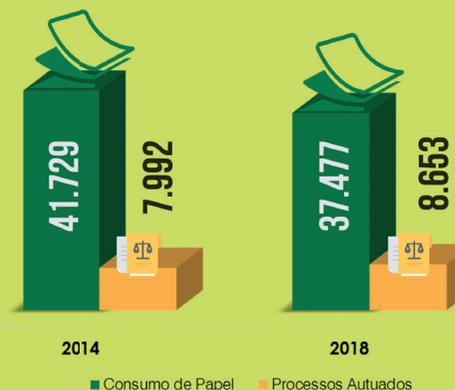


Reutilização de papel como rascunho

Início da distribuição do segundo monitor.

Além da aquisição de papel reciclado (100%), em 2018 foi realizada a primeira eleição com todos os processos tramitando em meio eletrônico (PJe) e, mesmo com o acréscimo destes, houve significativa redução no consumo de papel:

CONSUMO DE PAPEL (RESMAS)





REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

O TRE-SP mantém o Programa Coleta Seletiva Solidária, contemplando a adequada separação dos resíduos recicláveis descartados nas sedes do TRE-SP e a doação destes para associações e cooperativas de catadores de lixo.



DIA DO DESCARTE DIA D

Uma das ações que merece destaque é o “dia do descarte – dia d”, já em sua 6ª edição, em que os servidores são incentivando a separarem um momento do dia para promoverem o descarte consciente de materiais impressos, bem como de documentos cujo prazo de guarda tenha expirado.



COLETORES DE RESÍDUOS ESPECÍFICOS

Também são mantidos coletores de resíduos específicos para promoção do descarte adequado, como ocorre com:



PILHAS E BATERIAS



LÂMPADAS



RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

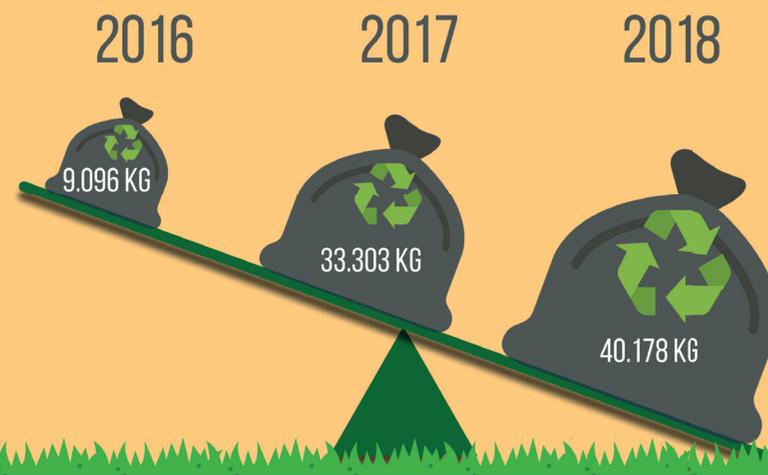


Ademais, no ano de 2018, foi realizada a digitalização e o descarte de aproximadamente

5,5 MIL KG

de documentos, os quais foram doados à entidade beneficente **Fundação Dorina Nowill para Cegos** para reciclagem.

Ao longo dos anos houve ampla conscientização dos colaboradores, aprimorando e tornando mais efetiva a separação dos resíduos para promoção do descarte adequado, conforme se vê dos seguintes números:



Gestão Orçamentária e Financeira

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão orçamentária, financeira e contábil do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE-SP – observa as normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Plano Plurianual - PPA e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Nesse contexto é verificada toda a legislação correlata aplicável no âmbito da Administração Pública Federal, além dos registros das informações nos sistemas de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Governo Federal.

A fidedignidade, a confiabilidade e a integridade dos dados são verificadas nos seguintes sistemas do Governo Federal:

- SIOF – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal: registro dos dados orçamentários;

- SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal: registro dos dados orçamentários, financeiros e contábeis;

- SPIUNET – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: registro dos dados patrimoniais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – LOA/2018 - consignou ao TRE-SP dotação orçamentária no total de R\$ 722,3 milhões. Contudo, remanejamentos de dotações redimensionaram o orçamento de 2018 para a cifra de R\$ 792,9 milhões.

Quadro 1

LOA 2018	ACRÉSCIMOS	DECRÉSCIMOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
R\$ 722,3 milhões	R\$ 80,0 milhões	(R\$ 9,4 milhões)	* R\$ 792,9 milhões

Fonte: SIAFI

*Na dotação atualizada consta o valor de R\$ 9,6 milhões referente à Contribuição da União para o Custeio do Plano de Seguridade do Servidor Público Federal. Esse montante foi bloqueado e o crédito indisponível, de acordo com a Portaria SOF/MP 1.781, de 19 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U., seção 1, em 21/2/2018, em razão da não convalidação da Fonte 900 - Recursos Ordinários - Condicionados, devido a não conversão em lei pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 806, de 30 de outubro de 2017.

Da dotação autorizada de R\$ 792,9 milhões, foram empenhados R\$ 780,7 milhões e liquidados R\$ 773,7 milhões. O valor empenhado foi o equivalente a 99,6% da dotação autorizada, excluindo-se o valor de R\$ 9,6 milhões referente ao bloqueio de crédito, determinado pela Portaria SOF/MP 1.781, de 19 de fevereiro de 2018, publicada no

D.O.U., seção 1, em 21/02/2018, que seria destinado ao custeio do Plano de Seguridade do Servidor Público Federal.

Quadro 2

DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
R\$ 792,9 milhões	R\$ 780,7 milhões	R\$ 773,7 milhões

Fonte: SIAFI

PERFIL DO GASTO

ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – FINALIDADE DOS RECURSOS

A LOA/2018 fixou ao TRE-SP dotação para o atendimento dos seguintes grupos de despesas:

- **DESPESAS OBRIGATORIAS:** compreendem o total de gastos com benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, assistência médica, auxílios funeral e natalidade), pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista, além da contribuição da União para o custeio do regime próprio de previdência dos servidores.
- **OUTRAS DESPESAS CORRENTES:** compreendem os gastos com a manutenção do Tribunal, tais como: diárias, passagens, locações de imóveis, condomínio, serviços terceirizados, serviços de telecomunicações, materiais de consumo, estagiários, entre outras despesas que contribuem para que o TRE-SP possa prestar um serviço de excelência à sociedade.
- **INVESTIMENTOS:** compreendem os gastos com aquisições de equipamentos de T.I., mobiliários, softwares, instalações e demais equipamentos e materiais permanentes.

Quadro 3

DOTAÇÃO DISPONÍVEL	DESPESAS OBRIGATORIAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS
* R\$ 783,2 milhões	R\$ 702,2 milhões	R\$ 66,3 milhões	R\$ 14,6 milhões

Fonte: SIAFI

* Excluindo-se o valor de R\$ 9,6 milhões referente ao bloqueio de crédito, Portaria SOF/MP 1.781, de 19 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U., seção 1, em 21/2/2018.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO - COMPARATIVO 2018 E 2017

Quadro 4

CLASSIFICAÇÃO	2018				2017				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
	DOTACAO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS LIQUIDADAS (C)	RESTOS A PAGAR (D)	DOTACAO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS (F)	DESPESAS LIQUIDADAS (G)	RESTOS A PAGAR (H)	(%)(B/F)	(%)(D/H)
DESPESAS OBRIGATORIAS	711.938.671	699.771.763	699.384.600	387.164	662.235.079	661.138.276	660.530.473	607.803	6%	-36%
INVESTIMENTOS	14.633.766	14.629.419	9.370.310	5.259.110	4.684.449	4.638.804	4.256.019	382.785	215%	1.274%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	66.396.707	66.355.500	65.012.186	1.343.315	69.304.616	65.295.129	62.006.373	4.256.019	2%	-59%
TOTAL	792.969.144	780.756.684	773.767.095	6.989.589	736.224.144	731.072.210	726.792.866	4.279.344	7%	63%

Fonte: SIAFI

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DE 2017 E 2018

DESPESAS OBRIGATORIAS: a variação positiva de 6% em relação aos valores empenhados, justifica-se principalmente pelo pagamento da 5ª e 6ª parcelas do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário Federal, Lei nº 13.317/2016. Relativamente aos valores inscritos em Restos a Pagar, a diminuição decorre do fato de que em 2017 não foi possível realizar alguns pagamentos previstos antes do encerramento do exercício, culminando na inscrição em Restos a Pagar.

INVESTIMENTOS: O significativo aumento nos valores empenhados decorreu de sobras orçamentárias, na Justiça Eleitoral, no orçamento de Outras Despesas Correntes, que viabilizaram a reversão para o orçamento de Investimentos. Com essa reversão foi possível ao TRE-SP adquirir mobiliários e equipamentos, principalmente na área de tecnologia da informação, visando a atualização do parque tecnológico, essencial para o bom funcionamento dos cartórios eleitorais e unidades administrativas do TRE-SP, em consonância ao objetivo estratégico “Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC”. Esse grande volume de aquisições refletiu no aumento da inscrição em Restos a Pagar, pois não houve tempo hábil para pagamento das aquisições dentro do próprio exercício. Assim, 75% das despesas inscritas em restos a pagar em 2018 referem-se a Investimentos.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES: O pequeno crescimento deve-se ao reajuste de algumas despesas contratuais, bem como à aquisição de materiais de consumo em maior volume. Entretanto, deve-se ressaltar que a variação positiva não foi maior

devido aos contratos relativos à manutenção dos postos da Justiça Eleitoral em unidades do POUPATEMPO do Estado de São Paulo. A Justiça Eleitoral está presente em 14 unidades de Poupatempo no Estado de São Paulo. Esses contratos têm a peculiaridade de redução no quantitativo de postos de trabalho durante o período de fechamento do cadastro eleitoral em anos eleitorais, compreendido entre os meses de junho a outubro, em razão da baixa demanda, o que reflete substancialmente na redução do gasto mensal, tendo em vista que a despesa da mão de obra que atua nesses postos de atendimento tem grande relevância na composição do custo mensal dispendido. Trata-se de uma diminuição de aproximadamente 20% no montante pago anualmente para os referidos contratos.

Em termos de evolução dos gastos, observa-se que as despesas do grupo Outras Despesas Correntes foram em caminho inverso ao das despesas de Investimentos. Isto foi ocasionado pela restrição financeira imposta pela EC 95/2016, que praticamente impede o início de projetos que demandem despesas correntes continuadas, e pelo fato das sobras orçamentárias observadas durante o exercício terem sido direcionadas para o orçamento de Investimentos, cujas despesas não têm reflexos para o exercício seguinte.

Além disso, o TRE-SP vem envidando esforços para diminuição dos montantes inscritos em Restos a Pagar, em razão das limitações impostas pela EC 95/2016. No caso do orçamento de Outras Despesas Correntes que, em sua maioria, referem-se

a contratos continuados e a aquisição de materiais de consumo, as tratativas com as empresas fornecedoras de serviços, materiais e mão de obra, possibilitaram a emissão das faturas e a entrega dos materiais em tempo hábil para pagamento dentro do próprio exercício, evitando-se a inscrição em Restos a Pagar.

QUADROS COM OS GASTOS MAIS RELEVANTES POR GRUPO E TIPO DE DESPESA

DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Quadro 5

ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	BENEFÍCIOS	ENCARGOS PATRONAIS
R\$ 429,0 milhões	R\$ 125,5 milhões	R\$ 34,0 milhões	R\$ 41,5 milhões	R\$ 69,7 milhões

Fonte: SIAFI

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Quadro 6

TERCEIRIZADOS	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	CONDOMÍNIO POUPEMPO	ESTAGIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS
R\$ 15,5 milhões	R\$ 10,2 milhões	R\$ 9,4 milhões	R\$ 8,1 milhões	R\$ 5,5 milhões	R\$ 17,6 milhões

Fonte: SIAFI

INVESTIMENTOS

Quadro 7

EQUIPAMENTOS DE T.I. E SOFTWARES	DEMAIS MATERIAIS PERMANENTES
R\$ 12,9 milhões	R\$ 1,7 milhões

Fonte: SIAFI

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP

As descentralizações de crédito são realizadas pelo TSE em razão dos orçamentos destinados à BIOMETRIA e PLEITOS ELEITORAIS serem originários da LOA daquele Tribunal Superior.

Em 2018, foram descentralizados pelo Tribunal Superior Eleitoral ao TRE-SP, créditos

no total de R\$ 106,6 milhões. Desse montante foram empenhados R\$ 100,3 milhões, que foram destinados para as seguintes despesas:

- realização das Eleições Gerais de 2018: R\$ 89,8 milhões;
- coleta de dados biométricos de eleitores - Projeto BIOMETRIA: R\$ 7,1 milhões;
- realização de Eleições Suplementares dos municípios de Bariri, Pirapora do Bom Jesus, Santa Cruz das Palmeiras, Turmalina, Araras, Mongaguá, Monte Azul Paulista e Rincão: R\$ 0,5 milhões;
- manutenção dos contratos de infraestrutura de T.I. e de manutenção das urnas eletrônicas deste TRE-SP: R\$ 2,9 milhões.

DESPESAS EMPENHADAS - TOTAL GERAL

Quadro 8

ELEIÇÕES GERAIS 2018	PROJETO BIOMETRIA	MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS E INFRAESTRUTURA DE T.I.	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES
R\$ 89,8 milhões	R\$ 7,1 milhões	R\$ 2,9 milhões	R\$ 0,5 milhões

Fonte: SIAFI

DESPESAS EMPENHADAS - PESSOAL

Quadro 9

ELEIÇÕES GERAIS 2018	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES
R\$ 37,0 milhões	R\$ 0,4 milhões

Fonte: SIAFI

DESPESAS EMPENHADAS - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Quadro 10

ELEIÇÕES GERAIS 2018	MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS E INFRAESTRUTURA DE T.I.	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	BIOMETRIA
R\$ 52,8 milhões	R\$ 2,9 milhões	R\$ 0,04 milhões	R\$ 7,1 milhões

Fonte: SIAFI

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS - TRE-SP - COMPARATIVO 2018 E 2017

Quadro 11

			2018				2017				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
			PROVISÃO RECEBIDA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	RESTOS A PAGAR (D)	PROVISÃO RECEBIDA (E)	EMPENHADO (F)	LIQUIDADO (G)	RESTOS A PAGAR (H)	% (B/F)	% (D/H)
PLEITOS ELEITORAIS	ELEIÇÕES GERAIS	CUSTEIO	58.920.165	52.795.988	52.671.988	124.000	0	0	0	-	-	
		PESSOAL	37.054.884	37.054.884	20.933.591	16.121.293	1.634.057	1.634.057	1.539.400	94.657	2.167%	16.931%
	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	CUSTEIO	46.162	46.162	46.162	0	65.327	65.327	65.327	0	-29%	0
		PESSOAL	422.492	406.747	400.349	6.398	291.888	291.888	274.234	17.654	39%	-64%
	MANUTENÇÃO DE URNAS E INFRAESTRUTURA DE T.I.	CUSTEIO	3.089.083	2.896.979	2.809.552	87.427	2.706.224	2.606.329	2.606.329	0	11%	-
BIOMETRIA	CUSTEIO	7.055.652	7.055.652	6.632.709	422.942	10.084.219	10.005.605	8.510.818	1.494.787	-29%	-72%	
TOTAL		106.588.440	100.256.415	83.494.354	16.762.061	14.781.717	14.603.208	12.996.110	1.607.098	586%	943%	

Fonte: SIAFI

Interessante notar a variação da execução das despesas vinculadas aos orçamentos da Biometria e de Pleitos Eleitorais de um ano para o outro. Em anos não eleitorais há um acréscimo na execução dos valores relativos aos gastos com a Biometria e um decréscimo nos valores relativos a Pleitos Eleitorais. Isso é explicável, pois em anos não eleitorais o cadastro eleitoral não é fechado, sendo possível recadastrar um maior número de eleitores. Enquanto que o orçamento de Pleitos Eleitorais, em anos não eleitorais, é utilizado basicamente para eleições suplementares.

No orçamento da Biometria, em 2018, foi concedido pelo TSE o montante de R\$ 7,1 milhões para o cadastramento biométrico dos eleitores do Estado de São Paulo. Foi possível a coleta biométrica de 4.502.649 eleitores por meio de atendimento ordinário e de revisões do eleitorado. O custo por eleitor foi de R\$ 1,57. O teto máximo autorizado pelo TSE foi de R\$ 4,00 por eleitor.

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DE PLEITOS ELEITORAIS: ELEIÇÕES GERAIS DE 2014 - 2018

Quadro 12

		2018			2014			VARIAÇÃO EMPENHADO
		PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHADO (A)	LIQUIDADO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO	(%) (A/B)
PLEITOS ELEITORAIS	CUSTEIO	58.920.165	52.795.988	52.671.988	46.653.717	46.640.512	44.673.960	13%
	PESSOAL	37.054.884	37.054.884	20.933.591	27.353.747	27.353.747	25.787.422	35%
TOTAL		95.975.049	89.850.872	73.605.579	74.007.464	73.994.260	70.461.383	21%

Fonte: SIAFI

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS – ELEIÇÕES GERAIS 2014/2018

Em razão da diferenciação na composição dos custos envolvidos na realização de eleições gerais em relação a Eleições Municipais, e para efeito de análise e comparabilidade dos gastos, apresentamos o quadro contendo as despesas realizadas nas Eleições Gerais de 2014 e 2018.

O percentual de crescimento dos valores empenhados em custeio nas Eleições Gerais de 2018 em relação a 2014 é justificado principalmente pelo aumento de duas despesas fundamentais para a realização dos trabalhos eleitorais:

- alimentação dos mesários e assistentes de locais de votação e
- contratação de assistentes de eleição que dão suporte às zonas eleitorais.

Em relação à alimentação dos mesários e assistentes dos locais de votação, o aumento decorreu do ajuste no valor do benefício para o dia da eleição, que nas eleições de 2014 foi de R\$ 25,00 por turno, e nas eleições de 2018 o valor foi reajustado para R\$ 30,00. Além disso, houve o aumento natural do número de seções eleitorais, decorrente do crescimento do eleitorado do Estado.

Já em relação aos assistentes de eleição que prestaram suporte aos cartórios eleitorais do Estado durante o período eleitoral, o crescimento foi motivado principalmente pelo aumento do custo da mão de obra.

Em relação ao orçamento de pessoal, o incremento do limite de gasto autorizado pelo TSE entre as duas Eleições Gerais foi decorrente principalmente dos reajustes das remunerações dos servidores efetivos do Tribunal que foram concedidas ao longo dos anos de 2016 a 2018, em razão da implementação parcelada do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário Federal.

ELEIÇÕES GERAIS 2018 - GASTOS RELEVANTES

Os recursos autorizados pelo TSE para pagamento de despesas de pessoal concernentes às Eleições Gerais de 2018, no total de R\$ 37 milhões, foi suficiente para pagamento de 90% dos serviços extraordinários prestados pelos servidores e da totalidade das gratificações eleitorais dos Membros, Juizes e Promotores Auxiliares. Além disso, foi possível o pagamento de 61% do saldo do banco de horas dos servidores que fizeram serviço extraordinário no período eleitoral de 2016.

DETALHAMENTO DOS GASTOS DO ORÇAMENTO DE PESSOAL DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2018

Quadro 13

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DOS SERVIDORES	GRATIFICAÇÕES ELEITORAIS DOS MAGISTRADOS	TOTAL EMPENHADO
R\$ 36,7 milhões	R\$ 0,3 milhões	R\$ 37,0 milhões
99%	1%	100%

Fonte: SIAFI

Com relação às despesas de custeio para as Eleições Gerais de 2018, cujos créditos descentralizados pelo TSE foram da ordem de R\$ 58,9 milhões, das quais foram empenhados o total de 52,8 milhões, destaca-se o fornecimento de cartões de débito para pagamento da alimentação dos mesários e colaboradores que atuaram nas seções e nos locais de votação no dia da eleição (primeiro e segundo turno). Foi firmado acordo com o Banco do Brasil que forneceu 465 mil cartões para serem distribuídos aos beneficiários. O montante final envolvido no projeto foi da ordem de R\$ 24,2 milhões para os dois turnos realizados.

Destaque-se que nas eleições de 2016 foi utilizado o Vale-Postal para pagamento do benefício, porém, diante do percentual de 25% de beneficiários que não sacaram o valor, o TRE-SP buscou por outras formas de pagamento mais seguras e efetivas, adotando então, o meio de pagamento por cartões de débito, cuja efetividade final foi de 91% de utilização.

O TRE-SP para viabilizar a realização das eleições nos 645 municípios do Estado, composta por 10 mil locais de votação e 97 mil seções eleitorais, concede aos 393 cartórios eleitorais do Estado suprimento de fundos para que essas unidades possam providenciar despesas que não são possíveis de serem fornecidas e licitadas pela Secretaria do Tribunal, de forma centralizada, em razão das peculiaridades dos gastos necessários para a preparação, realização e apuração das eleições. Assim, gastos com indenizações pelo uso de celulares que são utilizados nos locais de votação nos dias das eleições, aquisição de gêneros alimentícios para os cartórios eleitorais nos dias das eleições, indenização de combustível para o transporte de materiais e mídias de resultados entre os locais de votação e a sedes dos cartórios, contratação de serviços de transporte de urnas eletrônicas dos cartórios do interior para os locais de votação, manutenção elétrica dos locais de votação de todo o Estado, dentre outras, são realizadas com os recursos de suprimento de fundos concedidos aos cartórios eleitorais.

DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS GASTOS DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2018

Quadro 14

ITEM	TOTAL EMPENHADO	%
Alimentação de Mesários e Assistentes	R\$ 24,2 milhões	46%
Assistentes de Eleição para suporte dos Cartórios Eleitorais	R\$ 13,1 milhões	25%
Serviços de Transporte para os Cartórios Eleitorais da Capital	R\$ 3,5 milhões	7%
Materiais de Consumo	R\$ 3,4 milhões	6%
Suprimento de Fundos para os Cartórios Eleitorais	R\$ 3,2 milhões	6%
Contrato da ECT – Correios	R\$ 1,5 milhões	3%
Diárias para Treinamento dos Servidores	R\$ 1,2 milhões	2%
Demais Despesas	R\$ 2,6 milhões	5%
TOTAL EMPENHADO	R\$ 52,7 milhões	100%

Fonte: SIAFI

CONTINGENCIAMENTO

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF determina o contingenciamento de crédito sempre quando houver a frustração da arrecadação de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. As avaliações são feitas bimestralmente pelo Ministério do Planejamento. Em 2018, não houve limitação de empenho para o TRE-SP. O contingenciamento sofrido pela Justiça Eleitoral foi absorvido pelo TSE e pelos demais Regionais que continham em sua dotação recursos para obras.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016

A Emenda Constitucional nº 95/2016 limita os gastos da União por vinte anos, a partir de 2017, a fim de equacionar o déficit das contas públicas do Governo Federal. Diante desse contexto, é relevante destacar que o TRE-SP vem envidando esforços para se adequar aos limites financeiros impostos sem prejudicar o serviço que esta Justiça Especializada oferece à Sociedade.

Registre-se que apesar de um cenário restritivo, a área de orçamento e finanças trabalha para minimizar os impactos, gerenciando as sobras que ocorrem durante o exercício financeiro para que sejam direcionadas a projetos relevantes que não puderam ser inseridos no planejamento inicial em razão de limitação orçamentária e financeira.

Quadro 15

LIMITE FINANCEIRO 2018			
LIMITE CONCEDIDO - Port. nº 25 -TSE de 9/1/19	RESTOS A PAGAR PAGOS	ORÇAMENTO ORDINÁ- RIO PAGOS	LIMITE NÃO UTILIZA- DO
713.967.717	-4.021.702	-703.968.547	5.977.468
100,0%	0,56%	98,60%	0,84%

Fonte: SIAFI

O limite financeiro na Justiça Eleitoral é definido pelo TSE individualmente para cada Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com o valor definido na LDO e LOA para o órgão. Em 2018, o TRE-SP teve o limite financeiro final de R\$ 713,9 milhões, que foi suficiente para o pagamento das despesas ordinárias e de restos a pagar de exercícios anteriores. Houve uma sobra de recursos de R\$ 5,9 milhões, correspondente a apenas 0,84% do limite autorizado.

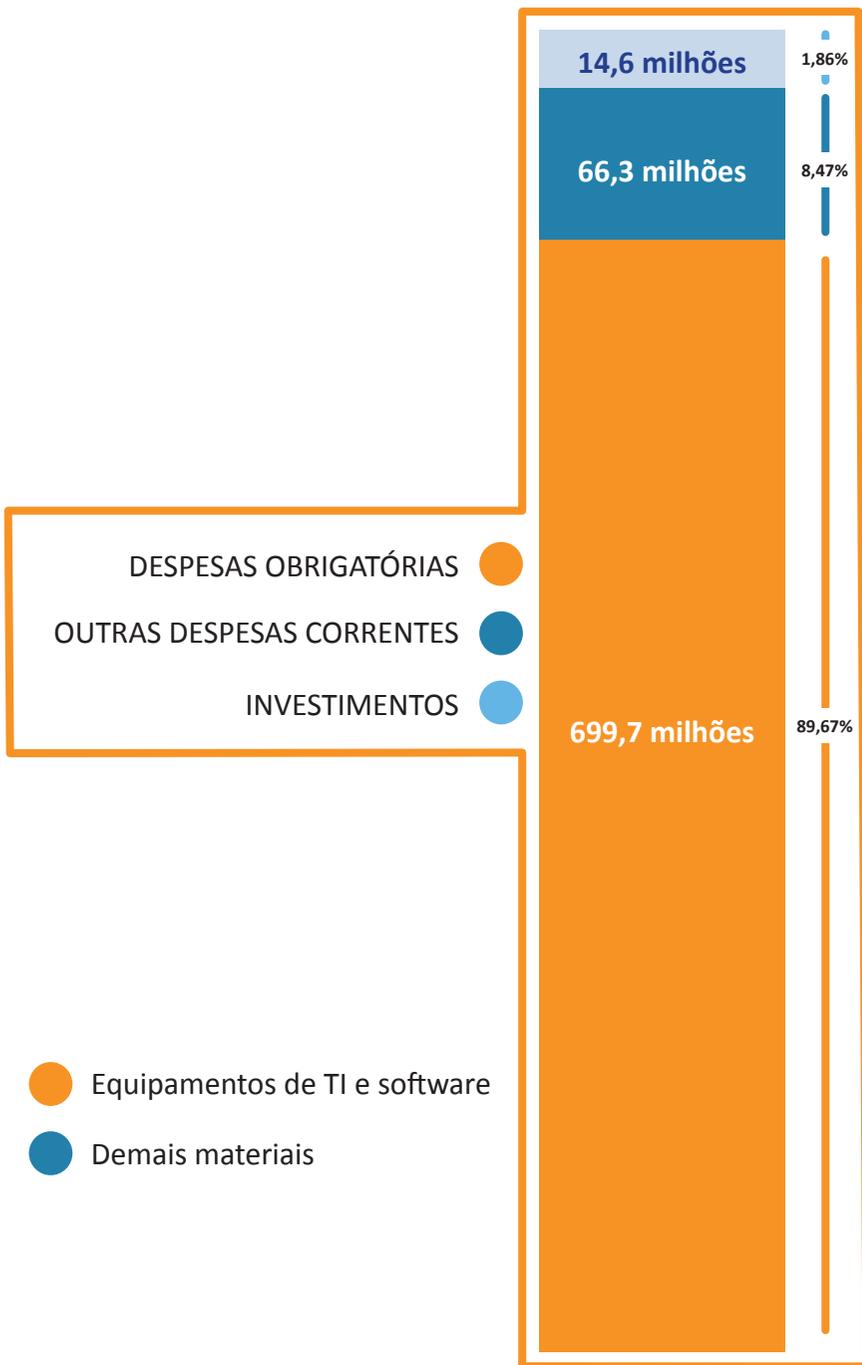
DESAFIO

- adequar os gastos vigentes e futuros do órgão ao limite financeiro imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016, cuja restrição vigorará até o ano de 2036.
- absorção gradativa da manutenção da infraestrutura imobiliária dos cartórios eleitorais do interior que são mantidas pelas prefeituras locais.

AÇÕES FUTURAS

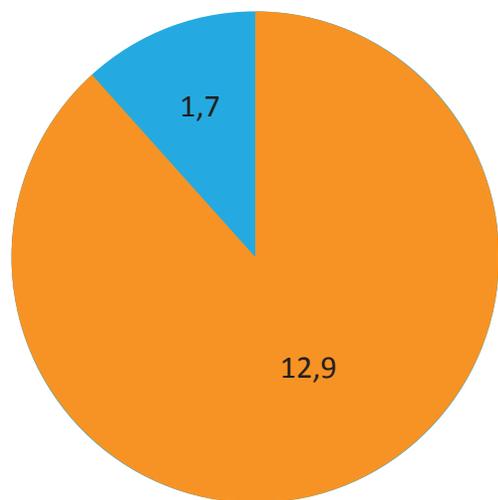
Aprimorar a gestão do orçamento diante do cenário financeiro restritivo imposto pela EC nº 95/2016, por meio da racionalização e otimização dos gastos vigentes e futuros, visando a manutenção e melhoria do nível de prestação de serviços prestados por esta Justiça Especializada à Sociedade.

- **Despesas obrigatórias:** Gastos com pessoal, benefícios e encargos patronais
- **Outras despesas correntes:** Gastos com manutenção da infraestrutura;
- **Investimentos:** TI, mobiliário e demais equipamentos



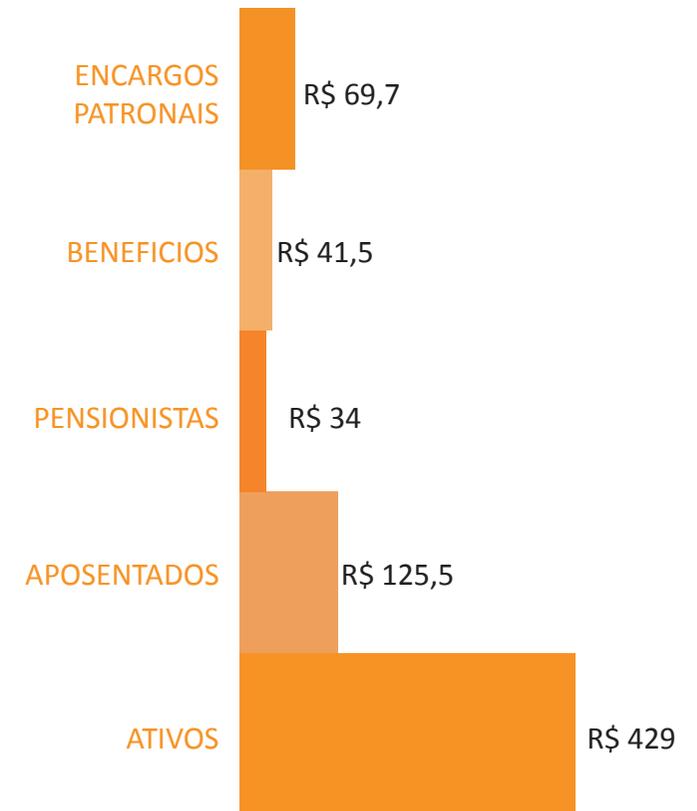
● DESPESAS OBRIGatóRIAS
● OUTRAS DESPESAS CORRENTES
● INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)



- Equipamentos de TI e software
- Demais materiais

DESPESAS OBRIGatóRIAS (R\$ MILHÕES)



OUTRAS DESPESAS (R\$ MILHÕES)

Demais despesas	Terceirizados	15,5	Locação de imóveis	9,4
	Telecomunicações	8,1	Condomínio Poupatempo	8,1
17,6	10,2	5,5	Estagiários	5,5

ELEIÇÕES GERAIS 2018 (R\$ MILHÕES)

Outras despesas correntes

52,8 MILHÕES 59%

Serviço Extraordinário
Servidores

36,7 MILHÕES 41%

Gratificações Eleitorais
Magistrados

0,3 MILHÕES 0%

DESCENTRALIZAÇÕES (R\$ MILHÕES)

4.502.649 eleitores cadastrados biometricamente em 2018. Custo por eleitor de R\$ 1,57



89,8

ELEIÇÕES 2018

7,1

BIOMETRIA

2,9

MANUTENÇÃO DE URNAS E TI

0,5

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES



Eleições suplementares em Bariri, Pirapora do Bom Jesus, Santa Cruz das Palmeiras, Turmalina, Araras, Mongaguá, Monte Azul Paulista e Rincão

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração

de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Em termos de fluxo, o processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



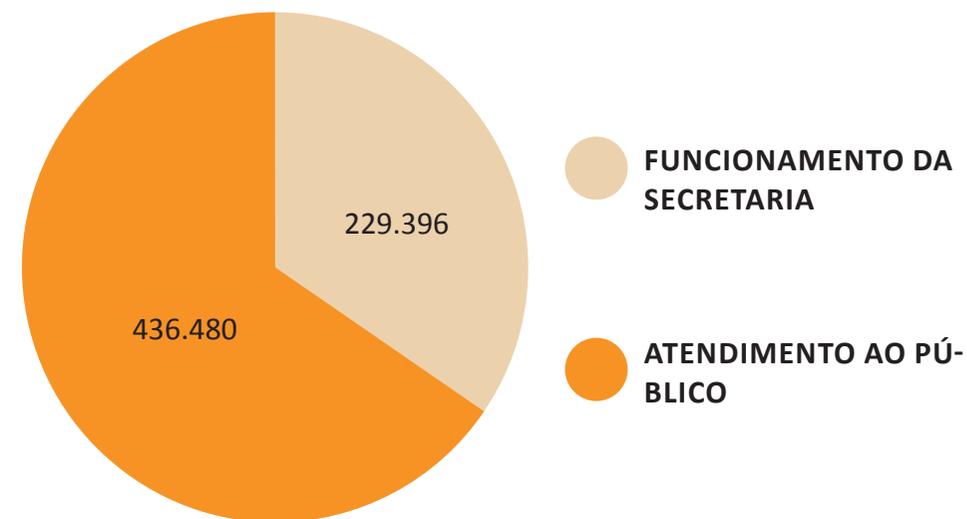
No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

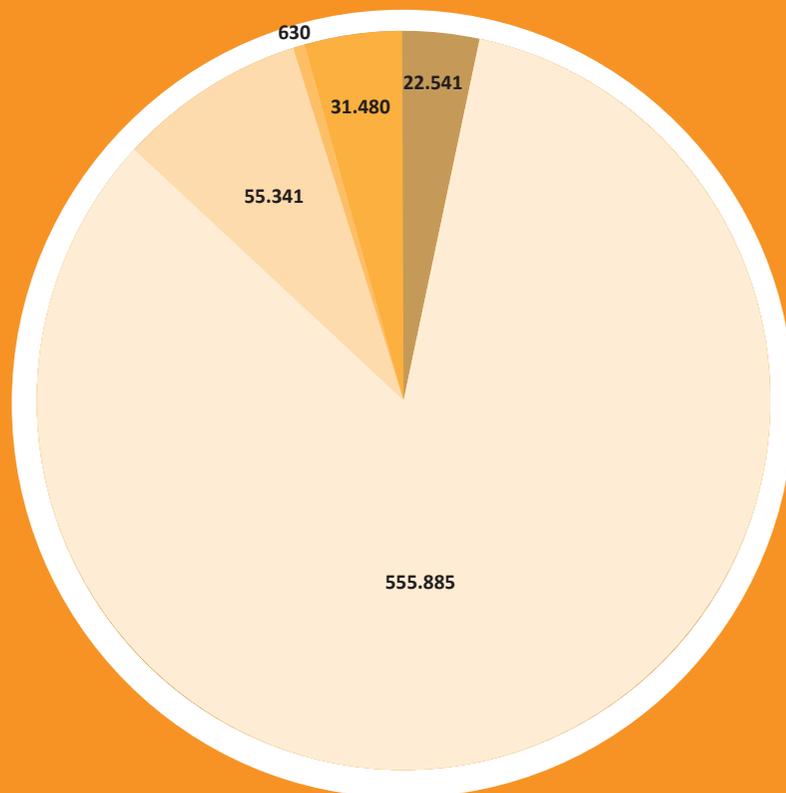
No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir (em R\$ mil):



* Atualmente são 40 itens de custo

** Pode-se ter até 110 Atividades/Serviços, pois algumas, como plebiscito, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir (em R\$ mil):



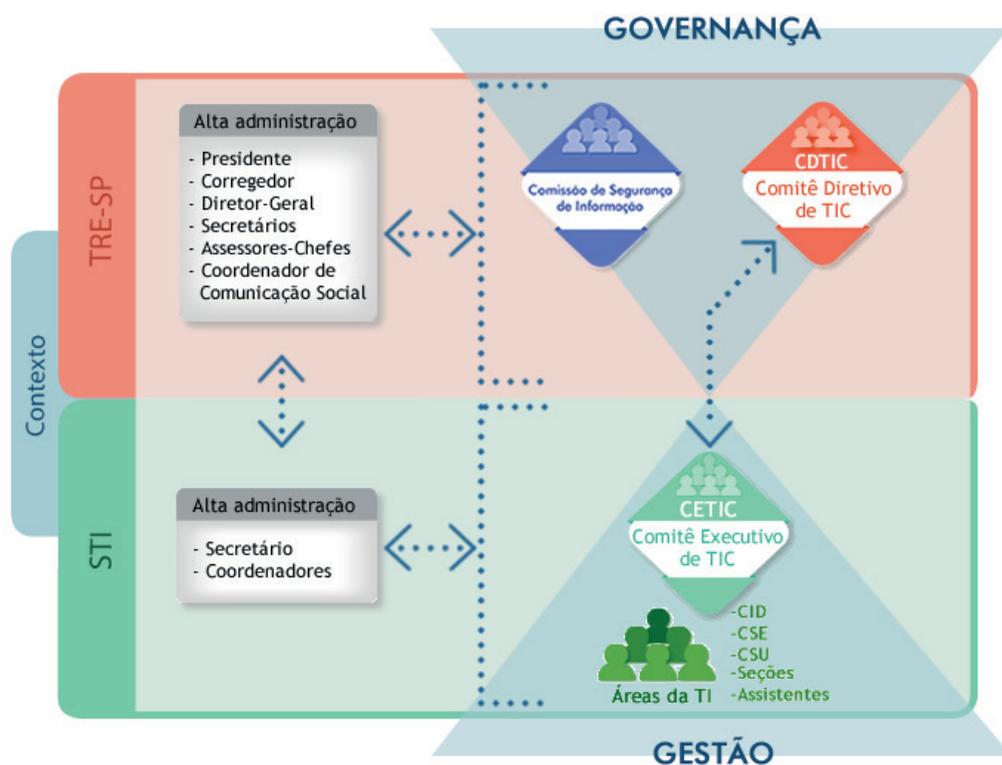
- BENS MÓVEIS E DE OUTRAS NATUREZAS
- FORÇA DE TRABALHO
- GESTÃO ADMINISTRATIVA
- GESTÃO DA FROTA
- INFRAESTRUTURA

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

Gestão da Tecnologia da Informação

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o TRE/SP aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como obedece aos procedimentos definidos em seus normativos internos, a exemplo do Plano Estratégico de TIC - PETIC, instituído pela Resolução TRE/SP nº 363/2016. Segue, ainda, boas práticas e padrões nacionais e internacionais de Governança de Tecnologia da Informação, de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC



O MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP TEM COMO INSTÂNCIAS:

Comitê Diretivo de TIC (CDTIC):



Comitê Executivo de TIC (CETIC):



Comissão de Segurança da Informação:



RECURSOS APLICADOS EM TI

Montante de recursos aplicados em TIC – 2018 (R\$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2018
Investimento	12,9	8,4	0,02
Custeio	15,6	15,3	1,08
Total	28,5	23,7	1,1

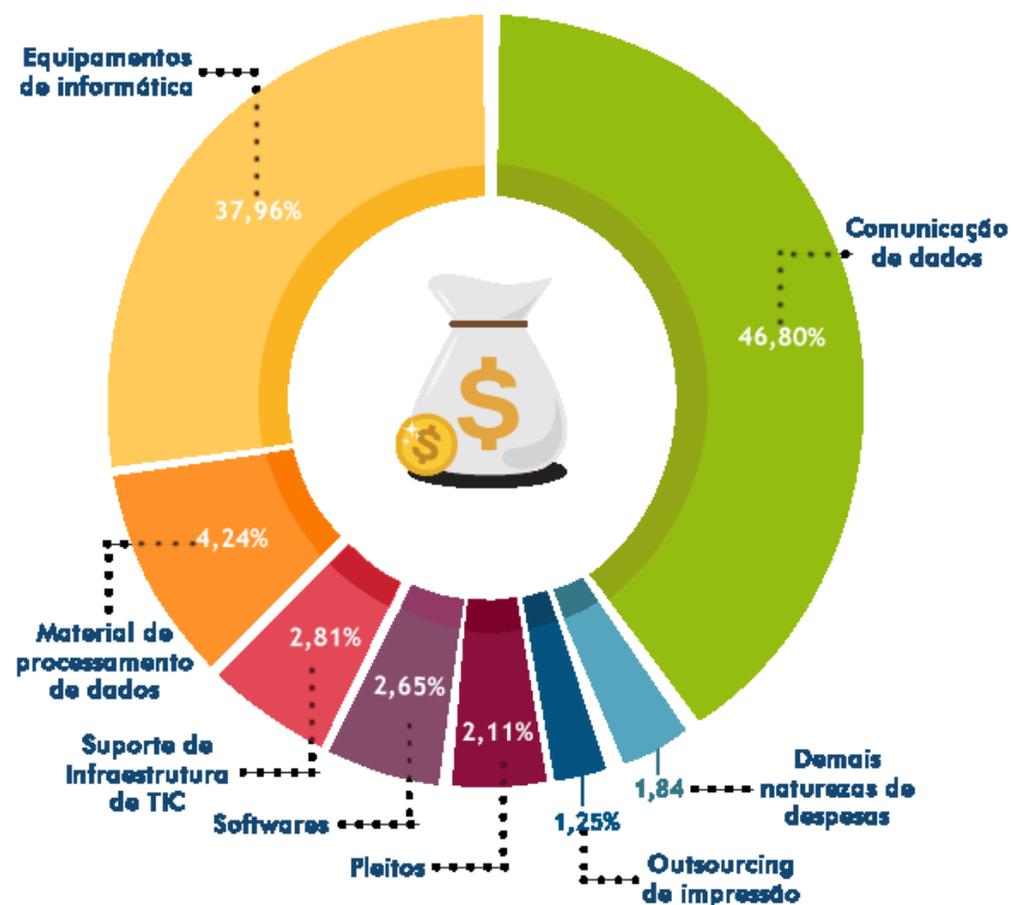
Montante de recursos aplicados em TIC – 2017 (R\$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2017
Investimento	2,7	2,7	0,47
Custeio	16,5	15,4	0,44
Total	19,2	18,1	0,91

Valores empenhados (R\$ Milhões) por tipo de despesa:



Gastos de TIC por natureza da despesa:



Contratações mais relevantes de recursos de TI

EMPRESA	OBJETO	CONTRATO	VALOR CONTRATUAL (em R\$ Milhões)
Telefônica Brasil S/A	Linhas de comunicação de dados (artórios do Interior)	PEF 77/2014	44,3
	Linhas de acesso à internet	PEF 28/2014	0,46
Torino Informática Ltda	Microcomputadores	PEF 71/2018 ARP 112/2018	7,2
Connectcom Telemática Comércio e Serviços Ltda	Manutenção de urnas eletrônicas	PEF 77/2014	6,9
Claro S/A	Linhas de Comunicação de Dados (cartórios da capital)	PEF 77/2014	5,5
Dell Computadores do Brasil Ltda	Equipamentos para armazenamento de dados (storages)	Adesão TRE/SP nº 06/2018	2,5
	Notebooks	Adesão TRE/SP nº 11/2018	1,6

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TIC por cadeia de valor



CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Governança de TIC	Instituição do processo de Avaliações Periódicas das Práticas de Governança Corporativa de TIC (PORTARIA Nº 159/2018)	Instituição de ciclo de melhoria contínua da Governança Corporativa de TIC.
Pessoal de TIC	Realização de ações de capacitação para os servidores de TIC	Aprimoramento dos conhecimentos e habilidades proporcionando melhor prestação de serviços e atendimento das demandas de TIC.
Infraestrutura, Serviços e Soluções de TIC	Aquisição de 1650 Microcomputadores	Atualização do parque de microcomputadores, mantendo-o adequado às demandas e processos que utilizam recursos de TIC
	Aquisição de 408 Notebooks	Atualização do parque de notebooks dos cartórios eleitorais.
	Aquisição de 1900 Monitores	Utilização de 2 monitores para os microcomputadores da Secretaria e cartórios eleitorais do Estado de São Paulo para uso do PJe e outros sistemas.
	Acompanhamento da Votação (Pesquisa e Urnas)	Envio diretamente dos Locais de Votação, durante a realização do pleito, de respostas à pesquisa de acompanhamento de votação e da Comunicação de ocorrências em urnas eletrônicas por meio de smartphone.
	Diplomas	Emissão de diplomas para os candidatos eleitos e suplentes nas Eleições Gerais em meio eletrônico, visando facilitar e agilizar o processo de diplomação.
	PrestCard	Sistema que possibilitou o gerenciamento e prestação de contas dos cartões para alimentação de aproximadamente 444 mil mesários e prestadores de apoio logístico no dia das eleições.
	Web conferência	Realização de videoconferência e transmissão ao vivo de eventos para a Secretaria e cartórios, reduzindo custos.
	Virtualização do Data center	Maior disponibilidade de sistemas, proporcionando atendimento imediato para novas demandas.
Suporte Operacional	VPN para biometria itinerante	Estabelecimento de conexão VPN para ações itinerantes de cadastramento biométrico, permitindo a montagem de pontos de atendimento de forma rápida em locais com acesso à internet.
	Descentralização do contrato do TSE de suporte à Infraestrutura de TIC	Possibilidade de adequação do catálogo de serviço a ser prestado pela empresa às reais necessidades do TRE-SP, bem como a redução de 35% no custo da Unidade Técnica de Serviço (UST).
	Início da migração/implantação de nova ferramenta de Gestão de Incidentes e Solicitações de TI	Economia na renovação das licenças, devido à substituição de ferramenta comercial por software livre.

O TRE-SP, por meio da Resolução TRE/SP nº 422/2017, alterou a Política de Segurança da Informação até então vigente, visando o atendimento às diretrizes definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral na Resolução 23.501/2016.



Foi instituída Comissão de Segurança da Informação, por meio da Portaria nº 42/2018, composta pelos seguintes titulares: o Assessor da Presidência ou servidor indicado pelo Presidente, o Assessor da Corregedoria ou servidor indicado pelo Corregedor, o Diretor-Geral, o Secretário de cada área do Tribunal, o Assessor-Chefe de cada área do Tribunal e o Coordenador de Comunicação Social. As atribuições da Comissão consistem em propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando à operacionalização da Política de Segurança da Informação.

A gestão dos trabalhos fica a cargo do **Diretor-Geral**.

O titular da **Secretaria de Tecnologia da Informação** foi designado **Gestor de Segurança da Informação** por meio da Portaria nº 41/2018 e possui como atribuições propor à Comissão de Segurança da Informação normas, iniciativas e novas tecnologias visando aumentar o nível da segurança da informação.



As Normas de Segurança da Informação, cujo inteiro teor fica disponibilizado no ambiente de rede interno (Intranet), versam sobre “Segurança para usuários”, “Segurança Física de Instalações”, “Segurança para Profissionais de TI”, “Controle de Acesso”, “Códigos Maliciosos”, “Segurança para Instalação e Configuração de Sistemas Operacionais” e “Tratamento de Mídias e de Cópias de Segurança (Backup)”, sendo importante ponto de apoio na operacionalização da Política de Segurança da Informação.



A Semana de Segurança da Informação e as ações de capacitação sobre o tema acontecem em anos ímpares, devido às Eleições. Entretanto, iniciativas de conscientização dos servidores sobre Segurança da Informação ocorrem periodicamente por meio de publicações no Notícias do TRE, como “Proteja-se dos vírus de computador (fevereiro/2018)” e “Como um antivírus funciona? (abril/2018)”. Merece destaque, também, a Cartilha de Segurança da Informação, disponível na Intranet, com dicas e informações para aumentar a segurança da informação no dia-a-dia dos servidores.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Intensificar ações junto a outros Regionais visando ampliar o desenvolvimento colaborativo, de forma a suprir as demandas comuns, racionalizando as atividades;
- Ampliar a capacitação dos usuários de serviços de TIC por meio de treinamentos a distância e presenciais, bem como disponibilizando materiais instrucionais e de apoio, com o objetivo de diminuir a demanda por suporte técnico;
- Implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJe nos cartórios eleitorais em todo o Estado de São Paulo, que trará benefícios como maior agilidade na tramitação dos processos judiciais, transparência, além de integridade e autenticidade, bem como redução dos custos. A ação exigirá criação de infraestrutura específica, mobilização das equipes para testes de homologação, distribuição de equipamentos, treinamentos e estabelecimento de canais de suporte específicos; e
- Readequar o Data Center, visando ampliar a segurança e a disponibilidade dos serviços necessários às atividades deste Regional.

Corregedoria Regional Eleitoral

A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo é a unidade do TRE responsável pela fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais e pela orientação das rotinas a serem observadas pelos cartórios eleitorais de todo o Estado. Ao Corregedor compete o exercício cumulativo da Vice-Presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral.

MISSÃO

Velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como órgão responsável pela promoção da excelência na prestação de serviços eleitorais.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

REALIZAR ANUALMENTE CORREIÇÕES NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS.



REALIZAR INSPEÇÕES NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS.



ORIENTAR, TREINAR E FISCALIZAR OS ATOS CARTORÁRIOS.



PROCESSAR AS RECLAMAÇÕES CONTRA JUÍZES, CHEFES E FUNCIONÁRIOS DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS.



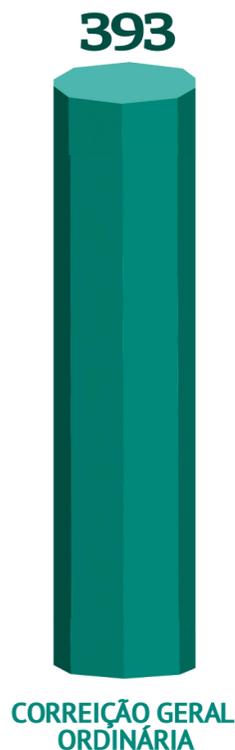
CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

A correição ordinária consiste na fiscalização das atividades cartorárias de forma periódica e prevista, seguindo-se os critérios estabelecidos pela própria Corregedoria Regional.

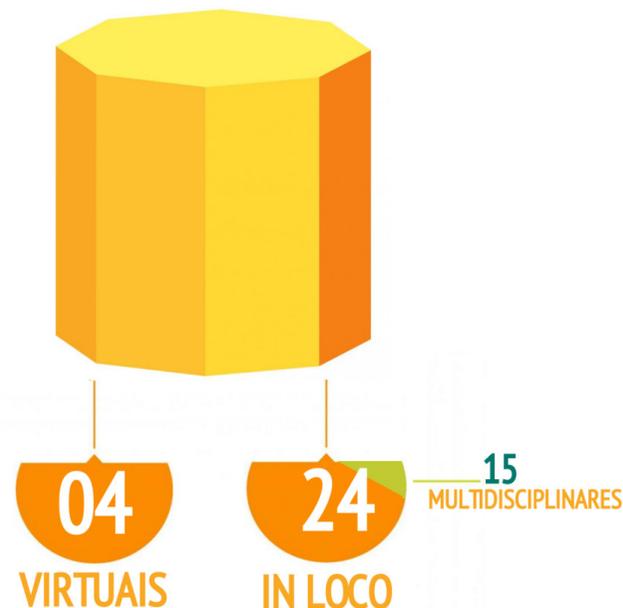
CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

A correição extraordinária consiste na fiscalização excepcional das atividades cartorárias, realizável a qualquer momento, podendo ser geral ou parcial.

A correição extraordinária ocorre para apurar erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados.



INSPEÇÕES 28



INSPEÇÕES

As inspeções são realizadas nos cartórios eleitorais quando previstas no cronograma anual de atividades da Corregedoria ou quando o Corregedor tomar conhecimento da ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços eleitorais.

Podem ser realizadas in loco, com a presença de servidores da Corregedoria nas Zonas Eleitorais, ou virtualmente, por meio de videoconferência. Em 2018 a Corregedoria do Estado de São Paulo ampliou o projeto de Inspeções Virtuais, iniciado em 2017, com o intuito de reduzir a demanda orçamentária do TRE/SP.

INSPEÇÕES MULTIDISCIPLINARES

São inspeções realizadas em alguns cartórios eleitorais do Estado que contam com a participação de equipe multiprofissional, formada por servidores da Corregedoria, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

A atuação da equipe multiprofissional possibilita, além da fiscalização e orientação sobre as rotinas cartorárias, a verificação das urnas eletrônicas e questões de informática e a análise do perfil comportamental dos servidores dos cartórios.

APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

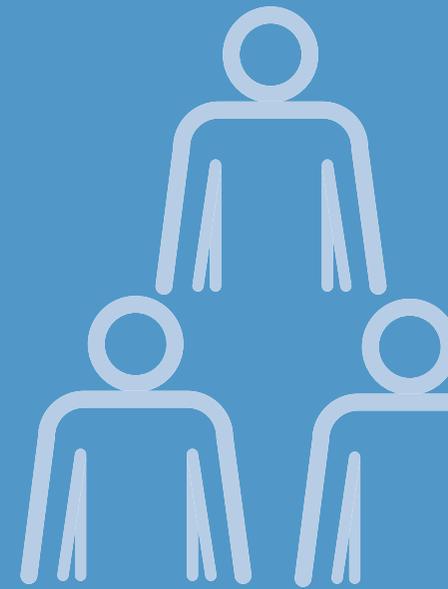
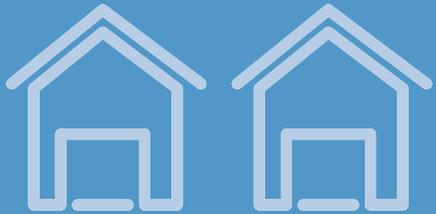
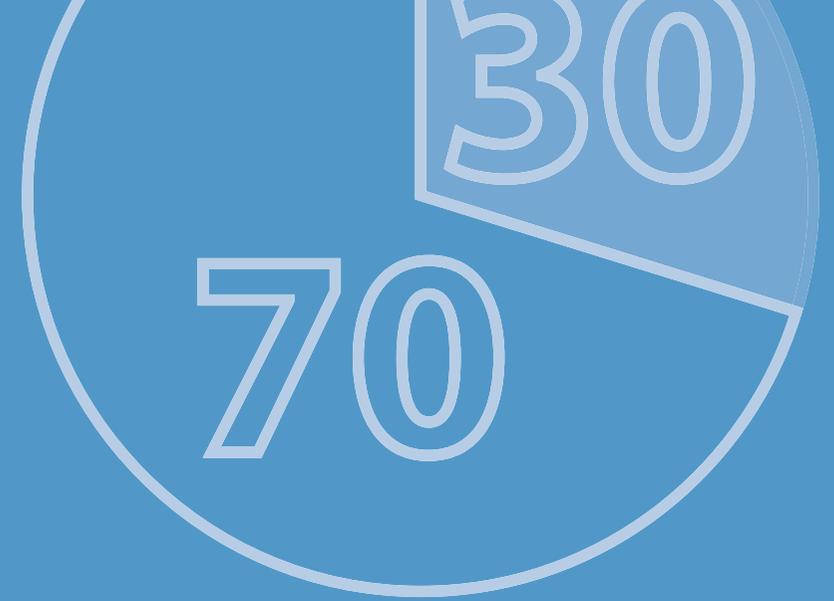
A apuração de ilícitos administrativos tem seu início através de denúncia, representação, realização de correição, entre outros meios. A autoridade competente, que pode ser o Juiz Eleitoral, o Corregedor, o Diretor Geral ou Presidente do TRE, diante do indício de prática de infração, determina a instauração da sindicância ou de processo

administrativo disciplinar e designa comissão para apurar o caso. Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias seguem o rito da Lei 8.112/1990 e tem o propósito de averiguar dano ao erário, fraudes ou corrupção.

PROCESSOS CRE 2018

	ILÍCITO ADMINISTRATIVO	FINALIDADE DA APURAÇÃO	DESFECHO
Autuado em 2018 pela CRE	EXTRAVIO DE BEM (NOTEBOOK) PERTENCENTE AO TRIBUNAL	AVERIGUAR POSSÍVEL DANO AO ERÁRIO	ARQUIVADO POR AUSÊNCIA DE PROVAS QUE INDICASSEM A AUTORIA DE SERVIDOR
Autuado em 2017 pela CRE – concluído em 2018	REGISTRO MANUAL DE PRESENÇA EM SERVIÇO COM ALTERAÇÃO DOS HORÁRIOS EFETIVAMENTE TRABALHADOS	AVERIGUAR POSSÍVEL DANO AO ERÁRIO	HOUE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO DOS VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE PELOS SERVIDORES AVERIGUADOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



CAPÍTULO 4

Declaração do Contador

A Seção de Contabilidade – ScCont, compõe a estrutura da Coordenadoria Contábil Financeira – CCF da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, que exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do TRE-SP.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela ScCont, de acordo com os procedimentos descritos no manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do TRE-SP;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a repassada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do TRE-SP no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; e
- Demonstração das Variações Patrimoniais - onde é apurado o resultado patrimonial do exercício, ou seja, o confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas e transferências recebidas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.



DECLARAÇÃO

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor, relativas ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

ABELARDO MOREIRA CRUZ

CRC Nº 1SP182952/O-0

Chefe da Seção de Contabilidade

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

BASE PARA DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram confeccionadas em consonância aos procedimentos estabelecidos na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e demais normativos vigentes

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- Notas Explicativas

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

- Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- Os bens do ativo imobilizado foram depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores foram contabilizados mensalmente durante o exercício.
- Foi utilizado o método linear para a depreciação e amortização. As taxas utilizadas para o cálculo da depreciação foram estabelecidas pelo Manual SIAFI, e as taxas aplicadas no cálculo da amortização representam as informações de laudo técnico, ou seja, a expectativa de vida útil dos ativos intangíveis.
- A reavaliação ou redução “a valor recuperável” foram efetuadas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado para bem semelhante.
- A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens deste Tribunal foi definida com base em parâmetros e índices admitidos em normas (Manual SIAFI, Orientação TSE ou laudo técnico específico)
- As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.
- Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional.
- Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado.

BALANÇO PATRIMONIAL

		R\$ milhões	
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	
ATIVO CIRCULANTE	20,082	16,279	
Caixa e Equivalentes de Caixa	6,667	2,061	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2,695	6,718	
Estoques	10,721	7,501	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	211,583	229,792	
Imobilizado	210,91	228,275	
Bens Móveis	98,41	118,181	
Bens Móveis	275,551	266,698	
(-) Depreciação Acumulada	-177,141	-148,517	
Bens Imóveis	112,5	110,095	
Bens Imóveis	112,665	110,224	
(-) Depreciação Acumulada	-0,165	-0,13	
Intangível	0,673	1,517	
Softwares	0,673	1,517	
Softwares	4,515	4,342	
(-) Amortização Acumulada	-3,842	-2,825	
TOTAL DO ATIVO	231,665	246,071	

Fonte: Siafi

		R\$ milhões	
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	
Passivo Circulante	30,29	0,193	
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	30,012	0,003	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,252	0,123	
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,027	0,067	
Passivo Não Circulante	-	-	
TOTAL DO PASSIVO	30,29	0,193	
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	201,374	245,878	
Resultado do Exercício	-44,487	-41,631	
Resultados de Exercícios Anteriores	245,878	287,492	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-0,018	0,017	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	201,374	245,878	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	231,665	246,071	

Fonte: Siafi

O Balanço Patrimonial apresenta os ativos e passivos e sua evolução nos exercícios de 2018 e 2017. No Balanço Patrimonial encontramos o Ativo, que são os bens e direitos, ou seja, os recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo TRE-SP, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, e passivo contendo as obrigações contraídas, decorrentes de eventos passados com probabilidade de desembolso futuro.

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o total do ativo e do passivo. Nos quadros abaixo encontram-se demonstrados de forma simplificada os valores do Ativo e do Passivo extraídos do Balanço Patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, do exercício de 2018, onde podemos observar, quando deduzimos do montante do Ativo (R\$ 231,7 milhões), o valor do Passivo (R\$ 30,3 milhões), é apurado o Patrimônio Líquido de R\$ 201,4 milhões:

ATIVO

Caixa e Equivalente de Caixa R\$ 6,7 milhões

O saldo deste grupo de contas é composto de R\$ 0,03 milhões de saldo da conta bancária na Caixa Econômica Federal para suportar os depósitos e cauções, e principalmente de R\$ 6,67 milhões do saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS, que representa recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade.

Demais créditos e valores a curto prazo R\$ 2,7 milhões

Este saldo é composto pelas seguintes rubricas:

Contas	2018	2017	R\$ milhões Variação %
13 Salário – Adiantamento	0,00	0,088	-100,00%
Salários e Ordenados – Pagamento antecipado	0,38	0,477	-19,75%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	1,86	5,683	-67,21%
Adiantamento Auxílio-Transporte	0,11	0,289	-62,25%
Suprimento de Fundos – Adiantamento	0,01	0,034	-85,29%
Crédito a Receber - Folha de Pagamento	0,16	0,00	100,00%
Crédito a Receber por Dolo, Ma-fé ou Fraude	0,00	0,005	0,00%
Crédito a Receber por Decorrente de Desfalque ou Desvio	0,13	0,122	3,89%
Crédito a Receber Decorrentes de Infrações	0,00	0,001	4,05%
Crédito a Receber por Cessão de Pessoal – Munic.	0,04	0,019	115,41%
Total	2,69	6,718	-59,89%

Fonte: Siafi

Neste item de Demais Créditos e Valores no Curto Prazo, houve uma significativa redução de 59,89%, em relação ao exercício de 2017, influenciado principalmente pela rubrica de Adiantamento de Auxílio-Alimentação, que passou de 5,7 milhões em 2017 para 1,86 milhão em 2018, em decorrência dos acertos contábeis do exercício, efetuados em estrita observância ao regime de competência, uma vez que o pagamento de auxílio é feito com um mês de antecedência, porém, deve-se fazer a baixa mensal contra o passivo apropriado no mês de referência. Tal acerto é devido para que no decorrer do exercício, não haja saldos nas contas de adiantamento e de passivos decorrentes de pagamento de auxílio alimentações avaliados de forma incorreta.

Estoques R\$ 10,7 milhões

O estoque apresentou a seguinte movimentação:

	R\$ Milhões	
Materiais de Consumo	2018	2017
Saldo inicial	7,501	5,850
(+) Entradas	16,650	5,687
(-) Saídas	-13,430	-4,036
Saldo Final	10,721	7,501

Fonte: Siafi

Nesta conta estão registrados os itens de Almoxarifado que compõem a conta Estoque no montante de R\$ 10,7 milhões que comparado com o saldo do exercício de 2017, houve um crescimento de R\$ 3,2 milhões, ou seja, de 42,93%, em decorrência principalmente do aumento do saldo do item Material de Tecnologia da Informação, em 2,9 milhões, conforme detalhado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$ Milhões		
	2018	2017	Variação %
Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,001	0,001	69%
Ferramentas	0,002	0,001	20%
Gêneros de alimentação	0,178	0,200	-11%
Material bibliográfico	0,001	0,000	100%
Material de acondicionamento e embalagem	0,335	0,304	10%
Material de copa e cozinha	0,100	0,066	51%
Material de expediente	1,205	1,477	-18%
Material de limpeza e prod. de higienização	0,477	0,331	44%
Material de proteção e segurança	0,465	0,379	23%
Material de sinalização visual e outros	0,002	0,021	-89%
Material de TIC - material de consumo	6,552	3,688	78%
Material Elétrico e eletrônico	0,971	0,333	192%
Material hospitalar	0,239	0,374	-36%
Material p/ audio, video e foto	0,002	0,022	-92%
Material p/ manut.de bens imoveis/instalações	0,080	0,102	-22%
Material p/ manutenção de bens moveis	0,004	0,000	100%
Material p/ manutenção de veículos	0,003	0,004	-5%
Material p/ utilização em gráfica	0,089	0,196	-55%
Material para comunicações	0,001	0,001	21%
Uniformes, tecidos e aviamentos	0,015	0,001	2767%
	10,721	7,501	43%

Fonte:Siafi

Imobilizado R\$ 211 milhões

O Imobilizado do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo é segregado em dois grupos: bens móveis e imóveis, com suas respectivas depreciações acumuladas. Nas tabelas a seguir, São apresentadas as composições do item Imobilizado:

Bens móveis

Os Bens Móveis em 31/12/2018 totalizavam cerca de R\$ 275 milhões e estão distribuídos nos itens patrimoniais conforme tabela abaixo:

Contas	2018	2017	Variação
Aparelhos de Medic. e Orientação	0,089	0,088	1,19%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	0,570	0,576	-1,01%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	0,071	0,063	12,59%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	0,875	0,838	4,50%
Máquinas e Equipamentos Industriais	0,004	0,004	0,00%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1,835	1,736	5,68%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	0,186	0,186	0,00%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	0,100	0,094	6,73%
Equipamentos, Peças e Acessórios P/Automóveis	0,008	0,008	0,00%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,013	0,013	0,00%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1,768	1,745	1,36%
Equip de Tecnolog da Infor e Comunicação/TIC	249,798	242,056	3,20%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	1,319	1,310	0,65%
Máquinas e Utensílios de Escritório	0,275	0,276	-0,29%
Mobiliário em Geral	12,378	11,790	4,99%
Coleções e Materiais Bibliográficos	0,382	0,362	5,50%
Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	0,387	0,365	6,24%
Obras de Arte e Peças para Exposição	0,067	0,060	11,96%
Veículos em Geral	0,074	0,031	141,49%
Veículos de Tração Mecânica	4,397	4,307	2,10%
Peças não Incorporáveis a Imóveis	0,952	0,790	20,48%
Total	275,551	266,698	3,32%

Fonte: Siafi

Dos Bens Móveis registrados no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 90,65% referem-se a Bens de Informática, incluindo-se as urnas eletrônicas. A variação ocorrida a maior em 2018 de 3,32% em relação ao exercício de 2017, foi em decorrência principalmente das aquisições de equipamentos de informática, na ordem de R\$ 7,7 milhões, durante o exercício de 2018.

Com relação ao item Veículos em Geral, o crescimento de 141% decorreu-se principalmente da aquisição de Empilhadeira Elétrica, no valor R\$ 40.000,00.

Bens imóveis

Os Bens imóveis de propriedade da União a disposição do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em 31/12/2018, totalizam R\$ 112 milhões, e estão contabilizados nas seguintes contas contábeis:

Contas	2018	2017	Variação
Edifícios	100,923	98,858	2,09%
Armazéns/Galpões	11,742	11,366	3,31%
Total	112,665	110,224	2,21%

Fonte: Siafi

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP).

Os valores são atualizados no final de cada exercício, para que o patrimônio apresente valor mais próximo possível da realidade do mercado. A variação a maior ocorrida em 2018 em relação a 2017, de 2,21%, foi em decorrência da atualização dos imóveis no exercício de 2018.

Bens Intangíveis – Softwares

O Saldo do Ativo Intangível, em 31/12/2018, totaliza R\$ 4,5 milhões, conforme tabela a seguir:

Contas	2018	2017	R\$ milhões Variação %
Softwares	4,517	4,344	0,040

Fonte: Siafi

A variação de 3,99% ocorrida em relação ao exercício de 2017, decorreu-se de aquisição de Licenças de Softwares ocorridas em 2018.

Depreciação e amortização acumulada

R\$ Milhões			
Depreciação e Amortização Acumulada	2018	2017	Variação
Depreciação Acum. bens Móveis	177,141	148,517	19,27%
Depreciação Acum. Bens Imóveis	0,165	0,130	27,64%
Amortização Acum. de Software	3,842	2,825	36,00%
Saldo Final	181,149	151,472	19,59%

Fonte: Siafi

Os cálculos da depreciação foram realizados com base nos critérios estabelecidos na Macrofunção SIAFI 02.03.30, que tem como fundamento as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.1 a 16.11, especificamente as NBC T 16.9 e 16.10 e efetivados por meio de sistema de controle do patrimônio, e ainda na 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, do Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como observa as determinações constantes da Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e, também orientação TSE nº 03/2012.

NBC T 16.9
(Depreciação, Amortização e Exaustão)

16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público)

PASSIVO

Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo R\$ 0,2 milhões

Os valores registrados nesta conta referem-se a importâncias a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços.

Obrigações trabalhistas, previdenciária e assistenciais - R\$ 30 milhões

O saldo deste grupo de contas abrange os registros dos seguintes valores:

Conta	R\$ milhões	
	2018	2017
Salários, Remunerações e Benefícios	0,147	0,002
Férias a Pagar	29,865	0,000
INSS, PSSS e FGTS a Pagar	0,000	0,001
Total	30,012	0,003

Fonte: Siafi

Em 2018 houve um significativo aumento em relação ao saldo de 2017, em decorrência da apropriação mensal, a partir do exercício de 2018, da Provisão de Férias na conta Férias a Pagar, em obediência ao regime contábil da competência.

Demais obrigações a curto prazo R\$ 0,02 milhões

Os valores registrados nesta conta, referem-se a registros de depósitos e cauções recebidos para garantia contratual.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ajustes de Exercícios Anteriores R\$ 0,02 milhões

O valor de R\$ 0,02 milhões, constante do Balanço Patrimonial, refere-se à contabilização de importâncias relativas a ajustes de despesas com depreciação de bens móveis, amortização de softwares.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ Milhões		
Demonstração das Variações Patrimoniais		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	923,949	826,483
Contribuições	0,000	-
Contribuições Sociais	0,000	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,001	-0,004
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,001	-0,004
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,055	0,062
Juros e Encargos de Mora	0,050	0,057
Variações Monetárias e Cambiais	0,005	0,006
Transferências e Delegações Recebidas	881,934	748,511
Transferências Intragovernamentais	867,479	748,177
Outras Transferências e Delegações Recebidas	14,455	0,334
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10,200	57,527
Reavaliação de Ativos	3,974	16,914
Ganhos com Alienação	0,089	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6,135	40,613
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,002	0,001
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31,758	20,386
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	31,758	20,386

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	968,436	868,114
Pessoal e Encargos	596,623	533,549
Remuneração a Pessoal	480,647	415,939
Encargos Patronais	70,685	66,296
Benefícios a Pessoal	45,286	51,314
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,005	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	157,016	144,162
Aposentadorias e Reformas	123,589	111,725
Pensões	33,222	32,079
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,205	0,358
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	163,363	109,717
Uso de Material de Consumo	12,002	3,881
Serviços	122,649	74,400
Depreciação, Amortização e Exaustão	28,712	31,436
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,001	0,001
Juros e Encargos de Mora	0,000	0,000
Descontos Financeiros Concedidos	0,001	0,000
Transferências e Delegações Concedidas	47,452	24,751
Transferências Intragovernamentais	32,163	24,410
Outras Transferências e Delegações Concedidas	15,289	0,342
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3,454	55,696
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1,533	13,798
Perdas Involuntárias	0,185	0,459
Incorporação de Passivos	1,702	1,034
Desincorporação de Ativos	0,034	40,405
Tributárias	0,020	0,007
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,002	0,002
Contribuições	0,018	0,005
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,507	0,232
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,507	0,232
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-44,487	-41,631

Fonte: Siafi

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações ocorridas no Patrimônio do Órgão ao longo do exercício financeiro, resultante ou não da execução orçamentária. O resultado patrimonial do exercício é apurado por meio do confronto entre variações ativas e passivas.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) e é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais –DVP.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em 2018 foi deficitário em R\$ 44,5 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas:

	R\$ Milhões		
	2018	2017	Variação %
Variações Patrimoniais Aumentativas	923,949	826,483	11,79%
Variações Patrimoniais Diminutivas	968,436	868,114	11,55%
Resultado Patrimonial do Período	-44,487	-41,631	-6,86%

Fonte: Siafi

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve aumento do resultado negativo na ordem de 6,86% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, o que, em termos monetários, representa variação de R\$ 2,8 milhões.

As principais variações ocorridas que contribuíram para a formação do resultado patrimonial, destacam-se:

	R\$ Milhões		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2018	2017	Variação %
Transferências e Delegações Recebidas	881,934	748,511	17,82%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10,200	57,527	-82,26%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31,758	20,386	55,78%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2018	2017	Variação %
Pessoal e Encargos	596,623	533,548	11,82%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	157,016	144,162	8,91%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	163,363	109,717	48,89%
Transferências e Delegações Concedidas	47,452	24,751	91,72%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3,454	55,696	-93,79%

Fonte: Siafi

Dentre os principais fatores que impulsionaram o déficit de 44,5 milhões em 2018, destacam-se o registro de Provisões de Férias, no item “Pessoal e Encargos”, no montante de R\$ 29,9 milhões, que só passou a ser contabilizado a partir do exercício de 2018, em observância da adoção do regime de competência, em convergência às normas internacionais de contabilidade do setor público, bem como cerca de 15 milhões no item “Transferências e Delegações Concedidas”, relativos a Doações e transferências de bens (Urnas Eletrônicas), para outros Tribunais Regionais Eleitorais.

Outro fator que influenciou o aumento das variações aumentativas (Transferências e Delegações Recebidas) e das diminutivas (“Pessoal e Encargos” e “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”), foi o recebimento de 106 milhões do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, para custear as despesas com a realização das Eleições 2018 e realização do cadastramento Biométrico do Eleitor.

Foi apresentado o déficit no valor de R\$ 881 milhões no quadro de Receitas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Milhões

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS	-		-	-
DÉFICIT			881,013	881,013
TOTAL	-		881,013	881,013

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	713,890	778,335	866,384	847,891	847,761	-88,048
Pessoal e Encargos Sociais	602,402	669,893	695,717	679,216	679,216	-25,825
Outras Despesas Correntes	111,488	108,443	170,666	168,675	168,545	-62,224
DESPESAS DE CAPITAL	8,459	14,634	14,629	9,370	9,349	0,004
Investimentos	8,459	14,634	14,629	9,370	9,349	0,004
TOTAL	722,349	792,969	881,013	857,261	857,110	-88,044

Fonte: Siafi

Orçamentárias do Balanço Orçamentário, tendo em vista que o TRE-SP não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2018 é demonstrado pela igualdade entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 881 milhões e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 881 milhões, apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Para o exercício de 2018, o orçamento inicial foi de R\$ 722,3 milhões. Foram recebidos no exercício o montante de R\$ 70,6 milhões, relativos a créditos suplementares, resultando na dotação atualizada de R\$ 792,9 milhões.

A coluna "Saldo da Dotação" apresenta saldo negativo de R\$ 88 milhões nas despesas correntes, em decorrência, em sua maior parte, de descentralização de crédito concedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE para realização das Eleições Suplementares de 2018.

Restos a Pagar de exercícios Anteriores

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Restos a Pagar Não Processados	6,678	5,402	5,402	0,711	0,565
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	0,123	-	0,112	-	0,010
TOTAL	6,801	5,402	5,514	0,711	0,576

Fonte: Siafi

97,3% DO RESTOS A PAGAR FORAM PAGOS EM 2018

A inscrição de Restos a Pagar foi realizada de acordo com os dispositivos legais e regulamentares (Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967 e Decreto nº 93.872/1986), bem como das orientações do Manual Siafi.

Do total R\$ 6,8 milhões de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, em 2018 foram pagos R\$ 5,5 milhões, correspondendo a 97,3% do total.

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Verifica-se que na coluna Ingressos não há Receitas Orçamentárias, tendo em vista que o TRE-SP não é agente arrecadador. Para o pagamento das despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos, são realizadas transferências financeiras pelo Tribunal Superior Eleitoral -TSE, conforme demonstrado na coluna “Ingressos” do quadro acima, no item Transferências Financeiras Recebidas, em 2018, no montante de R\$ 867 milhões.

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO					
	INGRESSOS		DISPÊNDIOS		R\$ Milhões
	2018	2017	2018	2017	
Transferências Financeiras Recebidas	867,479	748,177	Despesas Orçamentárias	881,013	745,682
Resultantes da Execução Orçamentária	863,204	740,317	Ordinárias	750,957	618,558
Sub-repasse Recebido	863,204	740,317	Vinculadas	130,056	127,123
Independentes da Execução Orçamentária	4,275	7,860	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	119,597
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4,074	7,796	Previdência Social (RPPS)	121,196	-
Demais Transferências Recebidas	0,016	0,003	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8,860	7,527
Movimentação de Saldos Patrimoniais	0,185	0,061	Transferências Financeiras Concedidas	32,163	24,410
Recebimentos Extraorçamentários	55,913	26,498	Independentes da Execução Orçamentária	32,163	24,410
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	0,152	0,112	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	0,008	3,903
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23,752	5,886	Movimento de Saldos Patrimoniais	32,155	20,507
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,055	0,062	Despesas Extraorçamentárias	5,610	14,392
Outros Recebimentos Extraorçamentários	31,954	20,438	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	0,112	0,696
Arrecadação de Outra Unidade	31,954	20,438	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5,402	13,686
Saldo do Exercício Anterior	2,061	11,869	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,096	0,009
Caixa e Equivalentes de Caixa	2,061	11,869	Saldo para o Exercício Seguinte	6,667	2,061
			Caixa e Equivalentes de Caixa	6,667	2,061
TOTAL	925,453	786,543	TOTAL	925,453	786,543

Fonte: Siafi

O Resultado Financeiro do exercício é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos e os dispêndios. Em 2018 foi apurado saldo positivo de R\$ 4,6 milhões, em 2017, 9,8 milhões negativos conforme tabela abaixo:

	R\$ Milhões	
INGRESSOS	2018	2017
Transferências Financeiras Recebidas	867,479	748,177
Recebimentos Extraorçamentários	55,913	26,498
Total dos Ingressos	923,392	774,675
DISPÊNDIOS	2018	2017
Despesas Orçamentárias	881,013	745,682
Transferências Financeiras Concedidas	32,163	24,410
Despesas Extraorçamentárias	5,610	14,392
Total dos Dispêndios	918,786	784,483
Resultado Financeiro	4,606	-9,808

Fonte: Siafi

Em comparação com o mesmo período de 2017, houve um aumento nos ingressos de 19,20%, enquanto os dispêndios tiveram acréscimos de 17,12%. Em 2018, por ter sido Ano Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo recebeu do Tribunal Superior Eleitoral, cerca de R\$ 106 milhões, que foram utilizados para custear as despesas com a realização das Eleições 2018 e realização do cadastramento Biométrico do Eleitor, contribuindo significativamente para as variações ocorridas nos ingressos e dispêndios de recursos.

Dentre as despesas extraorçamentárias, 99,90% referem-se ao pagamento dos restos a pagar em 2018, no montante de R\$ 5,5 milhões.

Demonstração do fluxo de caixa

	R\$ Milhões	
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	14,320	-4,973
INGRESSOS	899,488	768,677
Outros Ingressos das Operações	899,488	768,677
Ingressos Extraorçamentários	0,055	0,062
Transferências Financeiras Recebidas	867,479	748,177
Arrecadação de Outra Unidade	31,954	20,438
DESEMBOLSOS	-885,168	-773,650
Pessoal e Demais Despesas	-782,837	-683,108
Judiciário	-623,305	-539,246
Previdência Social	-159,533	-143,855
Encargos Especiais	-	-0,006
Transferências Concedidas	-70,072	-66,124
Intragovernamentais	-70,072	-66,124
Outros Desembolsos das Operações	-32,258	-24,419
Dispêndios Extraorçamentários	-0,096	-0,009
Transferências Financeiras Concedidas	-32,163	-24,410
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9,714	-4,834
DESEMBOLSOS	-9,714	-4,834
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9,631	-4,793
Outros Desembolsos de Investimentos	-0,083	-0,042
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA^A	4,606	-9,808
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2,061	11,869
Caixa e Equivalente de Caixa Final	6,667	2,061

Fonte: Siafi

A demonstração do fluxo de caixa evidencia a movimentação ocorrida no caixa e seus equivalentes de caixa, demonstrados por meio de ingressos e desembolsos. Em 2018 houve uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa positiva de R\$ 4,6 milhões. Já em 2017, foi de 9,8 milhões negativos.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. Em 2018, o resultado apurado foi positivo em R\$ 4,6 milhões, ou seja um aumento de 146,96% em relação ao resultado negativo apurado em 2017, conforme tabela a seguir

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação	R\$ Milhões		Variação %
	2018	2017	
Atividades Operacionais	14,32020559	-4,97333069	3,879
Atividades de Investimento	-9,71440172	-4,83442426	-1,009
Total	4,606	-9,808	1,470

Atividades Operacionais

Em 2018, a geração líquida positiva relacionada às atividades operacionais, no valor de R\$ 14,3 milhões, teve aumento de 387,94% em relação ao mesmo período de 2017, que foi de aproximadamente de 5 milhões negativos. Contribuiu para essa reversão o aumento de R\$ 131 milhões (17,02%) nos ingressos decorrentes principalmente de Transferências Financeiras Recebidas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, conforme a Demonstração de Fluxo de Caixa Simplificado na tabela seguinte.

Atividades de Investimentos

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento, houve déficit de R\$ 9,7 milhões em 2018, ante um déficit de R\$ 4,8 milhões no mesmo período de 2017, ou seja, a geração líquida negativa aumentou em 100,94%, em relação ao exercício anterior, em decorrência principalmente das aquisições de equipamentos de informática, durante o exercício de 2018.

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Em 2018 houve uma reversão do valor total da “Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa” em relação a 2017, passando da apuração negativa de R\$ 9,8 milhões para positiva de 4,6 milhões em 2018. Contribuiu para essa reversão o aumento de 17,02% nos ingressos de recursos que foi superior aos 14,95% verificado nos dispêndios, decorrentes principalmente de “Transferências Financeiras Recebidas” do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, conforme a Demonstração de Fluxo de Caixa Simplificado na tabela seguinte.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA SIMPLIFICADO	R\$ milhões		Variação %
	2018	2017	
INGRESSOS	899,4883431	768,6768342	0,170177509
Ingressos Extraorçamentários	0,05496058	0,06184864	-0,111369628
Transferências Financeiras Recebidas	867,4791797	748,1768321	0,15945742
Arrecadação de Outra Unidade	31,95420277	20,43815354	0,563458397
DESEMBOLSOS	-894,8825392	-778,484589	0,149518631
Pessoal e Demais Despesas	-782,837343	-683,107608	0,14599418
Transferências Concedidas Intragovernamentais	-70,07235828	-66,1236447	0,05971712
Dispêndios Extraorçamentários	-0,09584108	-0,00939689	9,199234002
Transferências Financeiras Concedidas	-32,16259514	-24,4095157	0,317625288
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9,63109938	-4,79279088	1,009497101
Outros Desembolsos de Investimentos	-0,08330234	-0,04163338	1,000854603
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4,60580387	-9,80775495	1,469608376

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

As recomendações oferecidas no exercício de 2018 pela Unidade de Controle Interno foram devidamente acolhidas pelas autoridades competentes.

O monitoramento das recomendações é feito pela própria Unidade de Controle Interno, comparando o que foi anteriormente apontado com a atual forma de desenvolvimento da atividade pela unidade auditada.

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O Tribunal de Contas da União – TCU, estabeleceu para o exercício de 2018, por meio da Decisão Normativa nº 170/2018 e Portaria nº 369/2018, um novo modelo de prestação de contas anual, na forma de Relato Integrado.

A elaboração do presente Relatório no TRE/SP, foi iniciada, a partir da publicação da Portaria TRE/SP nº 17, de 17 de janeiro de 2019, que estabeleceu as providências a cargo das diversas unidades deste E. Tribunal, voltadas à instrução do Relatório de Gestão, referente ao exercício 2018.

Tendo em vista as mudanças apresentadas pelo TCU para o Relatório de Gestão 2018, foram realizadas diversas reuniões com a participação de representantes das suas respectivas unidades administrativas, onde foram discutidos os temas relevantes, as projeções gráficas, os prazos de cumprimento das obrigações e a aprovação do conteúdo a ser incluído no referido relatório.

No processo para determinar a materialidade na preparação e apresentação do Relatório Integrado, e o seu efeito sobre a estratégia, governança, desempenho e resultados, com a finalidade de melhorar a qualidade da informação, foram identificados:

- os temas relevantes, com base na sua capacidade de afetar a geração de valor;
- a avaliação da importância destes no tocante a seu efeito conhecido ou potencial sobre a geração de valor;
- a priorização de temas com base na sua importância relativa, e
- a determinação de informações a serem divulgadas sobre temas relevantes.

Desta forma, este Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo produziu formalmente o seu primeiro Relatório de Gestão, no formato de Relato Integrado, contendo os elementos e demonstrativos que evidenciam a boa e regular aplicação dos recursos públicos com o fim de demonstrar, esclarecer e justificar os resultados alcançados em consonância com os objetivos estabelecidos no seu Planejamento Estratégico.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

Declaro que fica assegurada a integridade do Relatório de Gestão, atinente ao exercício de 2018, no formato de relato integrado, em consonância à estrutura geral estabelecida no anexo II da Decisão Normativa nº 170/2018 do Tribunal de Contas da União, e com alinhamento do pensamento coletivo dos responsáveis pelas suas respectivas unidades administrativas, na preparação e na apresentação do do presente relatório, com o fito primordial de fortalecer a visibilidade dos gastos públicos e atender ao interesse coletivo.

Os atos e fatos norteadores desta gestão estão explicitados, neste relatório, de forma simples, clara e analítica, por meio de infográficos e textos elaborados com o intuito de permitir o fácil entendimento e a compreensão de todo o conteúdo por parte do principal destinatário: o cidadão.

Fielmente atesto a observância das normas legais e norteadores da boa conduta administrativa, garantindo-se um conteúdo íntegro e legível, revelador do compromisso desta Administração com seu público-alvo.

DESEMBARGADOR CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN
PRESIDENTE



RELATÓRIO DE ⁸ **GESTÃO** 2018



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

